



Programa de Pós-Graduação em **Ciências Sociais Aplicadas**

Núcleo de Pesquisa Questão Ambiental, Gênero e Condição de Pobreza

O escopo de pesquisa do presente grupo pauta-se na reflexão sobre a relação entre gênero e meio ambiente e tem como referência central as questões ambientais e seus determinantes sócio-históricos na produção e reprodução das condições de pobreza existentes na sociedade. Dentro dessa seara, destacam-se alguns elementos de estudo, tais como desenvolvimento e sustentabilidade, mundo urbano e mundo rural, processos de urbanização e violência, lutas sociais e políticas públicas, educação ambiental, pobreza e exclusão, cidadania ecológica, justiça social, equidade e segurança alimentar.

Professoras Coordenadoras

- Profª Drª Édina Schimanski
- Profª Drª Lenir Aparecida Mainardes da Silva
- Profª Drª Augusta Pelinski Rahier
- Profª Drª Mirna de Lima Medeiros
- Profª Drª Sandra Scheffer
- Profª Drª Luana Billerbeck

Link para o diretório de grupos, CNPq:

<http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/8412237169598353>

AÇÕES DE COMBATE À FOME EM PONTA GROSSA (PR) NO CONTEXTO DA COVID-19

Augusta Pelinski Raiher
Edina Schimanski
Eliana Aparecida Fagundes Queiroz Bortolozo
Lenir Aparecida Mainardes da Silva
Luana Marcia de Oliveira Billerbeck
Mirna de Lima Medeiros
Sandra Maria Scheffer

ORGANIZADORAS



Programa de Pós-Graduação em
Ciências Sociais Aplicadas

Universidade Estadual de Ponta Grossa
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas
Núcleo de Pesquisa Questão Ambiental, Gênero e Condição de Pobreza

RELATÓRIO DE PESQUISA:

**AÇÕES DE COMBATE À FOME EM PONTA GROSSA (PR) NO
CONTEXTO DA COVID-19**

Ponta Grossa
Outubro de 2021

COORDENADORAS

Augusta Pelinski Raiher
Edina Schimanski
Eliana Aparecida Fagundes Queiroz Bortolozo
Lenir Aparecida Mainardes da Silva
Luana Marcia de Oliveira Billerbeck
Mirna de Lima Medeiros
Sandra Maria Scheffer

RELATÓRIO DE PESQUISA:

AÇÕES DE COMBATE À FOME EM PONTA GROSSA (PR) NO CONTEXTO DA COVID-19

Relatório final de pesquisa, apresentado para fins de divulgação das informações coletadas. Pesquisa gerada pelo Grupo de Pesquisa Questão Ambiental, Gênero e Condição de Pobreza, do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais Aplicadas.

**Ponta Grossa
Outubro de 2021**

A185

Ações de combate à fome em Ponta Grossa (PR) no contexto da COVID-19: relatório de pesquisa/ Augusta Pelinski Raiher et al. (org.). Ponta Grossa: UEPG/PPGCSA/Núcleo de Pesquisa, Questão Ambiental, Gênero e Condição de Pobreza, 2021.

35p. : il.

1. Assistência social – Ponta Grossa. 2. Fome. 3. COVID-19.
I. Raiher, Augusta Pelinski et al. (org.). II..T.

CDD: 361.4

COORDENADORAS

Augusta Pelinski Raiher

Edina Schimanski

Eliana Aparecida Fagundes Queiroz Bortolozo

Lenir Aparecida Mainardes da Silva

Luana Marcia de Oliveira Billerbeck

Mirna de Lima Medeiros

Sandra Maria Scheffer

PARTICIPANTES

Bruna Fernanda Itaoui

Carolina Soares Dos Santos

Diego De Paula

Eduardo Antero Premebida

Gabriela Cristina Covalchuk

Gabriele Petroski Machado

Geovanna Gomes Da Silva

Isabela Sens Fadel Gobbo

Juliana Yuri Kawanishi

Lincon Mioduski Ferreira

Matheus Leite Bittencourt

Terezinha Pelinski da Silveira

AGRADECIMENTOS

À todas as instituições que atuam para mitigar a insegurança alimentar e nutricional no município de Ponta Grossa. Especialmente àquelas que participaram da presente pesquisa compartilhando conosco as importantes informações que se encontram no presente relatório.

À Prefeitura Municipal de Ponta Grossa, em especial a Secretaria Municipal de Saúde e a Fundação Municipal de Assistência Social, por contribuir na formatação da presente pesquisa, bem como de etapa subsequente.

Aos integrantes do Grupo de Pesquisa Questão Ambiental, Gênero e Condição de Pobreza, do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas que contribuíram para que esta pesquisa fosse realizada, desde a discussão do projeto de pesquisa até a confecção deste relatório.

RESUMO

A pandemia da síndrome respiratória aguda grave do coronavírus 2 (SARS-CoV-2), conhecida como COVID-19, pode ser considerada uma das maiores já ocorridas. Ainda que não se saiba o real tamanho da infecção global (seja por capacidade limitada de testagem e/ou estratégias de desinformação de alguns Estados), fato notório é que as medidas necessárias para tentar controlá-la geraram diversas consequências econômicas e sociais. Dentre essas pode-se destacar o agravamento da insegurança alimentar e nutricional, tanto em termos qualitativos, quanto em termos quantitativos. Diante desse cenário diversos atores se mobilizaram com o propósito de “mitigar a fome”. A solidariedade e ação da sociedade civil e de entidades não governamentais vem somar-se às ações emergenciais públicas. Neste sentido, torna-se importante mensurar as ações de combate à fome em Ponta Grossa-PR realizadas por entidades não governamentais e ações individuais, visando especialmente identificar a ampliação das ações que já existiam antes da pandemia, e as novas que surgiram durante este período. Para esse fim o Núcleo de Pesquisa Questão Ambiental, Gênero e Condição de Pobreza do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas propôs uma pesquisa exploratória-descritiva que teve participação de docentes e discentes da pós-graduação, bem como da graduação, desde a sua concepção até o presente relatório. A sua execução deu-se com a aplicação de um questionário por meio telefônico e formulário virtual no período de agosto a setembro de 2021. Obteve-se um total de 26 respostas válidas que permitem compreender quais foram alguns desses atores que atuaram em Ponta Grossa e seu *modus operandi*. Entende-se que essa pesquisa, além de difundir o trabalho realizado pelas entidades, aponta algumas demandas de capacitação e apoio à sua atuação tais como, por exemplo, no controle financeiro, no conhecimento nutricional e recursos (humanos e monetários) para o planejamento, organização, execução e avaliação das ações.

LISTAS DE ILUSTRAÇÕES

GRÁFICOS

Gráfico 1: Percentual de respostas conforme tipo de entidade ou pessoa física – Ponta Grossa – agosto de 2021	14
Gráfico 2: Percentual de entidades/pessoa física conforme tempo de atuação – Ponta Grossa – agosto de 2021	16
Gráfico 3: Percentual de entidades/pessoas físicas conforme a inclusão de alguns tipos de alimentos nas refeições – Ponta Grossa – agosto de 2021	19
Gráfico 4: Percentual de entidades/pessoas físicas conforme a inclusão de alguns tipos de alimentos nas cestas – Ponta Grossa – agosto de 2021	20
Gráfico 5: Percentual de entidades/pessoas física conforme a forma que é feita a composição das cestas – Ponta Grossa – agosto de 2021	21
Gráfico 6: Percentual de entidades/pessoas físicas conforme a forma que é feita a composição das refeições – Ponta Grossa – agosto de 2021	22
Gráfico 7: Percentual de entidades/pessoas físicas quanto à frequência das ações – Ponta Grossa – agosto de 2021	24
Gráfico 8: Percentual de entidades/pessoas físicas conforme mudanças na forma do auxílio com alimentos após a pandemia – Ponta Grossa – agosto de 2021	25
Gráfico 9: Percentual de entidades/pessoas físicas conforme ampliação das áreas atingidas após a pandemia – Ponta Grossa – agosto de 2021	25
Gráfico 10: Percentual de entidades/pessoas físicas conforme ampliação de interessados em auxiliar (voluntários e patrocinadores) – Ponta Grossa – agosto de 2021	26
Gráfico 11: Percentual de entidades/pessoas físicas que irão continuar suas ações após a pandemia – Ponta Grossa – agosto 2021	27
Gráfico 12: Frequência de doação por bairros de Ponta Grossa – agosto 2021	31

TABELAS

Tabela 1: Percentual de entidade/pessoa física conforme a existência de cadastro dos beneficiados – Ponta Grossa – agosto de 2021	15
Tabela 2: Percentual de entidade/pessoa física conforme o controle financeiro das suas ações – por tipo de entidade/pessoa física – Ponta Grossa – agosto de 2021.....	15
Tabela 3: Percentual de entidades/pessoa física conforme tempo de atuação - por tipo de entidade/pessoa física- Ponta Grossa – agosto de 2021	16
Tabela 4: Percentual de cestas e refeições doadas no último mês (julho de 2021) – Ponta Grossa	17
Tabela 5: Percentual de cestas e refeições doadas no último mês (julho de 2021) – por tipo de entidade/pessoa física – Ponta Grossa.....	17
Tabela 6: Percentual de cestas e refeições doadas no último mês (julho de 2021) – por tempo de atuação – Ponta Grossa	18
Tabela 7: Peso/quantidade média de produtos em cada cesta doada – Ponta Grossa – Agosto de 2021	21
Tabela 8: Percentual de entidades/pessoas físicas conforme a forma que é feita a composição das refeições versus a forma de controle financeiro/interno– Ponta Grossa – agosto de 2021	23
Tabela 9: Percentual de entidades/pessoas físicas conforme como é definida a composição da refeições– Ponta Grossa – agosto de 2021	23
Tabela 10: Percentual de entidades/pessoas físicas conforme mudanças nas ações após a pandemia – Ponta Grossa – agosto de 2021	24
Tabela 11: Percentual de entidades/pessoas físicas que irão continuar suas ações após a pandemia – Por tipo de entidades/pessoa física – Ponta Grossa – agosto 2021	27
Tabela 12: Percentual de entidades/pessoas físicas que irão continuar suas ações após a pandemia – Por tempo de atuação – Ponta Grossa – agostos 2021	28

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
A FOME DECORRENTE DA QUESTÃO SOCIAL NO CONTEXTO DA PANDEMIA DA COVID 19	12
METODOLOGIA.....	13
ANÁLISE DOS DADOS.....	14
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	32
REFERÊNCIAS.....	35

INTRODUÇÃO

A pandemia da Covid-19 produziu repercussões não apenas de ordem biomédica e epidemiológica ao longo do Brasil, mas também repercussões e impactos sociais e econômicos. E um dos mais grave refere-se à fome. Dados fornecidos pela Rede PENSSAN indicam que mais da metade da população estava na insegurança alimentar em 2020 (55%), e destes, 9% conviviam com a fome. Importante destacar que uma alimentação insuficiente traz inúmeros malefícios para a vida humana, como, por exemplo, o desenvolvimento de doenças, a má formação corpórea, obstáculos fisiológicos ao trabalho e à mobilidade, mortalidade infantil e materna, prejuízos no desenvolvimento físico e mental gerando baixo rendimento escolar, dentre outros. Ademais, é desumano aceitar que qualquer pessoa esteja à mercê da fragilidade das ações das políticas de proteção social necessárias nessa situação.

Teoricamente, o Estado Brasileiro deve assegurar esse direito social, o qual consiste num direito do cidadão em não sentir medo de viver sob a ameaça da fome. Algumas ações emergenciais foram apresentadas pelo poder público a nível federal, estadual e municipal. Contudo, a grande questão é que parte considerável da nossa sociedade já se encontrava vulnerável antes da pandemia. E durante a pandemia de Covid-19 esse cenário de “fome” se intensificou, afetando ainda mais aqueles que já estavam na insegurança alimentar *ex ante*, incluindo outros que perderam seus empregos e suas rendas. Assim, a solidariedade e ação de segmentos organizados da sociedade civil através de entidades não governamentais (com e sem fins lucrativos) vem somar-se às ações emergenciais públicas.

Neste sentido, torna-se importante mensurar as ações de combate à fome em Ponta Grossa-PR realizadas por entidades não governamentais e ações individuais, visando especialmente identificar a ampliação das ações que já existiam antes da pandemia, e as novas que surgiram durante este período.

O presente relatório é parte de uma pesquisa maior em desenvolvimento pelo Núcleo de Pesquisa Questão Ambiental, Gênero e Condição de Pobreza e tem como propósito difundir os resultados dessa etapa de pesquisa de forma sintética. Discussões mais aprofundadas e críticas serão realizadas em outras produções científicas do Núcleo, mas entende-se que é fundamental divulgar esses resultados com celeridade atendendo potenciais sujeitos que demandem das ações em andamento, bem como destacando o trabalho em execução por diversas entidades e pessoas físicas.

A FOME DECORRENTE DA QUESTÃO SOCIAL NO CONTEXTO DA PANDEMIA DA COVID 19

Das diversas mazelas que a pandemia tem produzido no Brasil e no mundo, a pobreza extrema e a partir dela a fome devem atingir milhões de pessoas. De acordo com dados da CEPAL (Panorama Social da América Latina) em 2020, só na América Latina e Caribe, o novo coronavírus tende a criar um panorama extremamente complexo onde 209 milhões de pessoas já se encontram em situação de pobreza e 78 milhões de pessoas em pobreza extrema.

Ocorre que nos últimos anos a elevação dos níveis de pobreza já havia sido impulsionada pela escassez e precarização das condições de trabalho. A insuficiência de renda faz com que a população, sobretudo as pessoas que já estão pauperizadas, não consigam acesso a bens e serviços mínimos acentuando desigualdades sociais e a falta de justiça social. Sem dúvida nenhuma, o decréscimo das ofertas de trabalho e o crescimento da informalidade em relação a geração de renda foi um dos grandes motivos para a extensão da condição de pobreza. A pobreza extrema pode ser definida como ausência das condições mínimas para a sobrevivência.

Outro fator importante, foi a diminuição severa de políticas sociais de distribuição de renda impactando no aumento da vulnerabilidade de muitas famílias brasileiras. Se nas últimas décadas houve um processo de aumento e incremento das políticas de distribuição de renda, o contrário ocorreu no último quinquênio quando da diminuição drástica de políticas de atendimento à população.

A escassez de trabalho e o afastamento do Estado agregados a crise econômica mundial decorrente da pandemia trouxe consequências muito severas para todos de um modo geral e para aqueles mais pobres em específico, trouxe o agravamento das condições materiais de vida manifestado sobretudo pela fome.

Neste sentido, com o agravamento das múltiplas expressões da questão social e o acirramento das desigualdades sociais, a problemática da fome tem se tornado crescente atingindo famílias inteiras, colocando na mendicância cada vez mais pessoas.

METODOLOGIA

A pesquisa realizada foi exploratório-descritiva de natureza quantitativa. Sabendo previamente da atuação no “combate a fome” de algumas entidades a partir de uma listagem divulgada por uma emissora de televisão e entendendo também que as entidades cadastradas como socioassistenciais no Conselho Municipal de Assistência Social poderiam ter algum tipo de atuação nessa frente, tomou-se como base ambas as listagens somando um total de 44 organizações para abordagem inicial da pesquisa.

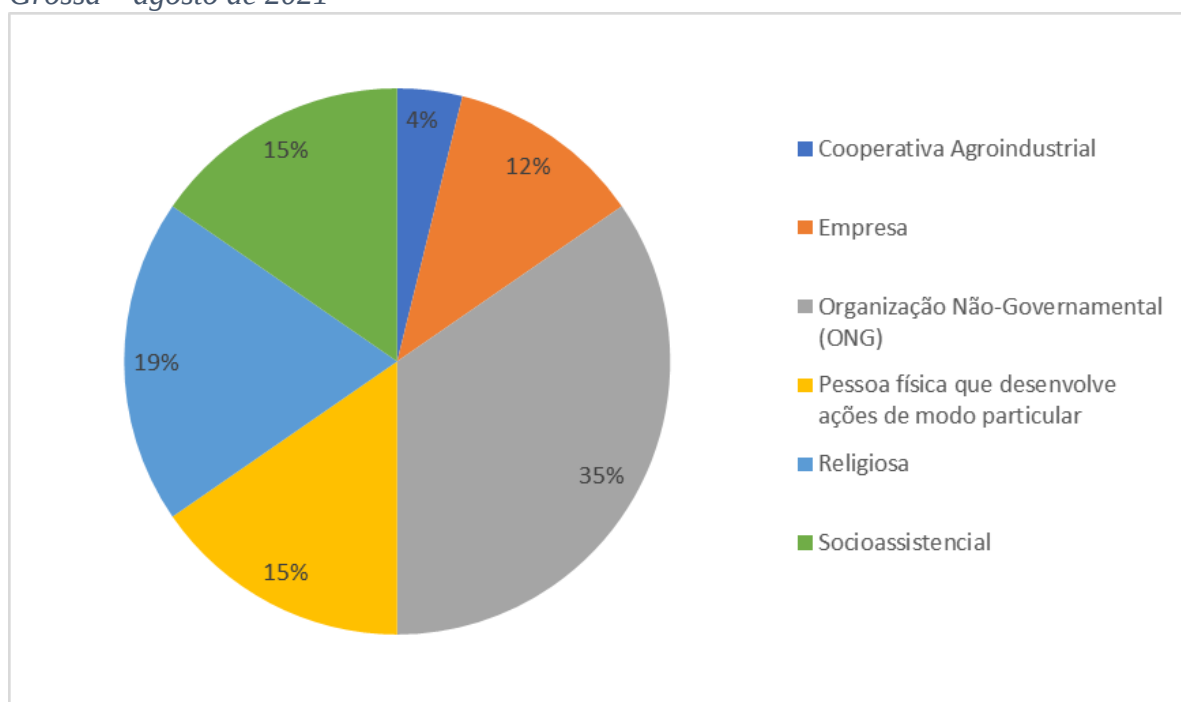
Essas organizações do município foram contatadas via telefone pelos participantes da pesquisa que explicavam a pesquisa em andamento e que podiam preencher a pesquisa em conjunto ou disponibilizar um link para autopreenchimento da pesquisa por meio do Google Formulário. A pesquisa também foi divulgada na mídia local e nas redes sociais da Universidade Estadual de Ponta Grossa e houve a disponibilização de link para esse questionário para o preenchimento voluntário, especialmente das ações individuais.

O período de coleta de dados foi de um mês, de 10 de agosto de 2021 a 10 de setembro de 2021. Foram obtidas 26 respostas válidas cujo os resultados são expostos na seção que segue. Cabe destacar que dentre as organizações inicialmente listadas houve alguns casos nos quais não se desenvolvia ações relacionadas a alimentação, bem como casos de recusa em participar.

ANÁLISE DOS DADOS

Como corolário, 26 entidades/pessoas físicas responderam à pesquisa (conforme Gráfico 1), ressaltando que as organizações não governamentais e religiosas representaram mais da metade das ações pesquisadas.

Gráfico 1: Percentual de respostas conforme tipo de entidade ou pessoa física – Ponta Grossa – agosto de 2021



Fonte: Resultado da Pesquisa

Na maioria das ações, a organização do cadastro dos beneficiados é feita por família, conforme pode-se observar na tabela 1. Em apenas 15% não se tem organizado esses dados. Dentre as cooperativas pesquisadas, todas não tinham cadastro dos beneficiados, cenário similar para 50% das pessoas físicas e 33% das empresas privadas; todas as demais entidades – as quais apresentam um envolvimento maior com as ações sociais – detinham um banco de dados dos beneficiados. Ressalta-se que esse cadastramento é importante especialmente para a efetivação de intervenções futura, já existindo uma base de dados inicial é possível o contato, bem como averiguação dos efeitos das ações.

Tabela 1: Percentual de entidade/pessoa física conforme a existência de cadastro dos beneficiados – Ponta Grossa – agosto de 2021

Rótulos de Linha	Familiar	Individual	Não há cadastro
Cooperativa Agroindustrial	0%	0%	100%
Empresa	0%	67%	33%
Organização Não-Governamental (ONG)	67%	33%	0%
Pessoa física	25%	25%	50%
Religiosa	80%	20%	0%
Socioassistencial	100%	0%	0%
Total Geral	58%	27%	15%

Fonte: Resultado da Pesquisa

Ainda focando na organização das ações, questionou-os acerca do controle interno/financeiro, e boa parte (46%) inferiu a realização apenas manual, tendo 12% dos pesquisados que não realizavam nenhum tipo de controle interno/financeiro. Importante ressaltar que de todas as pessoas físicas que fizeram doação nos últimos meses, 50% não tinham nenhum controle financeiro das ações e, dentre as entidades religiosas, 20% também não tinham essa organização (Tabela 2). Ademais, 80% das entidades religiosas faziam esse controle de forma manual, similar a 67% das ONGs, lembrando que estas duas entidades representam mais de 50% de todas as pesquisadas nesta pesquisa.

Fazer esse controle interno/financeiro é importante para a organização das doações. Entende-se que muitas das ações são feitas conforme se recebe as doações de terceiros, entretanto, o controle interno permite um indicativo maior para os beneficiados quanto às doações futuras, além de permitir a identificação dos principais parceiros das ações.

Como boa parte das entidades fazem esse controle de forma manual ou ainda não fazem, cursos de capacitação ou projetos de extensão podem ser efetivados visando ajudar nesta organização.

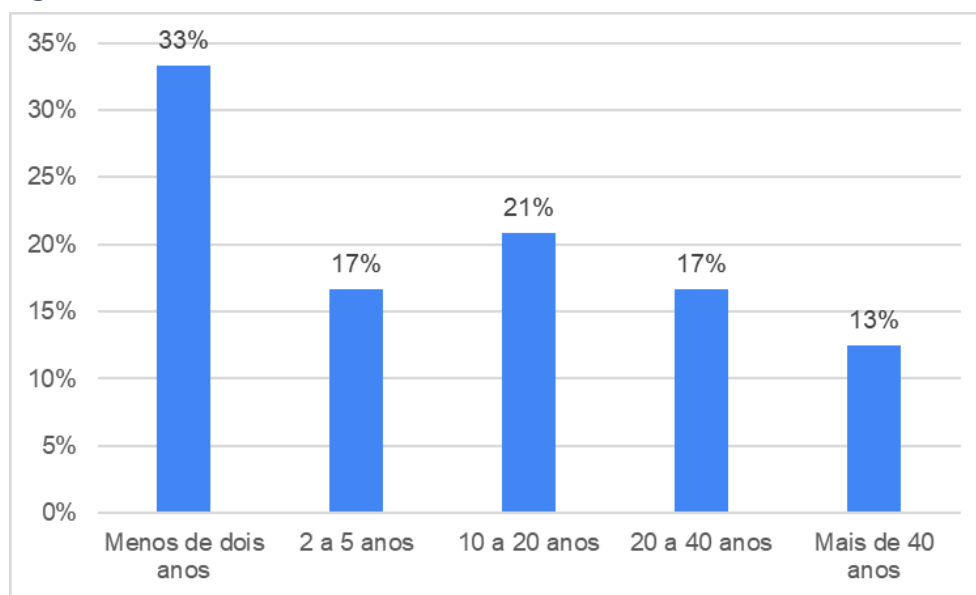
Tabela 2: Percentual de entidade/pessoa física conforme o controle financeiro das suas ações – por tipo de entidade/pessoa física – Ponta Grossa – agosto de 2021

Tipo de entidade/pessoa física	Planilha Eletrônica	Manual	Não sabe precisar	Não é realizado controle
Cooperativa Agroindustrial	100%	0%	0%	0%
Empresa	100%	0%	0%	0%
Organização Não-Governamental (ONG)	11%	67%	22%	0%
Pessoa física	25%	25%	0%	50%
Religiosa	0%	80%	0%	20%
Socioassistencial	50%	25%	25%	0%
Total Geral	31%	46%	12%	12%

Fonte: Resultado da Pesquisa

Conforme retratado anteriormente, a pandemia de Covid-19 produziu repercussões e impactos negativos na vulnerabilidade social da população brasileira. No caso de Ponta Grossa, o crescimento expressivo de entidades/pessoas físicas doadoras de alimentos durante a pandemia reflete essa maior demanda, em que, de todos os pesquisados que efetivaram algum tipo de doação, 31% iniciaram suas ações após o início da pandemia (Gráfico 2).

Gráfico 2: Percentual de entidades/pessoa física conforme tempo de atuação – Ponta Grossa – agosto de 2021



Fonte: Resultado da Pesquisa

Observa-se que de todos que iniciaram suas ações após o início da pandemia, 75% eram empresas, ONGs e entidades de caráter socioassistencial, enquanto 25% correspondiam a cooperativas e pessoas físicas. No caso das entidades religiosas, elas desenvolvem suas ações no município a mais de 10 anos, tendo um histórico de ações contra a fome em Ponta Grossa, e, conforme será verificado *a posteriori*, embora não tenham iniciado novas ações, elevaram o número de doações com a pandemia.

Tabela 3: Percentual de entidades/pessoa física conforme tempo de atuação - por tipo de entidade/pessoa física- Ponta Grossa – agosto de 2021

Tipo de entidade/pessoa física	Menos de 2 anos	2 a 5 anos	10 a 20 Anos	20 a 40 anos	Mais de 40 anos	Não respondeu
Cooperativa Agroindustrial	13%	0%	0%	0%	0%	0%
Empresa	25%	25%	0%	0%	0%	0%
Organização Não-Governamental	25%	25%	50%	60%	0%	50%
Pessoa física	13%	25%	0%	0%	33%	50%
Religiosa	0%	0%	25%	40%	67%	0%
Socioassistencial	25%	25%	25%	0%	0%	0%

Fonte: Resultado da Pesquisa

Ao todo, as entidades/pessoas físicas que participaram da pesquisa doaram um total de 4.243 cestas e 4.110 refeições no último mês (julho de 2021), conforme Tabela 4. Dado que apenas 26 entidades/pessoas físicas participaram da pesquisa, pode-se inferir como alto o número médio de doações efetuado ao longo do mês de referência.

Tabela 4: Percentual de cestas e refeições doadas no último mês (julho de 2021) – Ponta Grossa

Doação:	Julho 2021
Cestas	4243
Refeições	4110
Total	8340

Fonte: Resultado da Pesquisa

De todas as cestas doadas no mês de referência, 45% foram ações de empresas, 23% das entidades religiosas e 19% das ONGs; no caso das refeições, 50% advieram das entidades socioassistenciais, 31% de pessoas físicas e 19% das ONGs (Tabela 5). Assim, com exceção desta última que tem uma participação similar tanto na doação de cestas como de refeições, as demais focam, em geral em uma das ações.

Tabela 5: Percentual de cestas e refeições doadas no último mês (julho de 2021) – por tipo de entidade/pessoa física – Ponta Grossa

Tipo de entidade/pessoa física	Cestas	Refeições
Cooperativa Agroindustrial	5%	0%
Empresa	45%	0%
Organização Não-Governamental (ONG)	19%	19%
Pessoa física que desenvolve ações de modo particular	1%	31%
Religiosa	23%	0%
Socioassistencial	7%	50%

Fonte: Resultado da Pesquisa

Ao associar o percentual de refeições e de cestas doadas conforme o tempo de atuação, observa-se que quase metade das doações foram efetivadas por entidades/pessoas físicas que iniciaram suas ações após o início da pandemia (Tabela 6). Esse resultado é bastante relevante, pois demonstra a movimentação da sociedade diante da eclosão de uma questão social grave, assumindo, parcialmente, a responsabilidade acerca da mitigação da fome no município.

Tabela 6: Percentual de cestas e refeições doadas no último mês (julho de 2021) – por tempo de atuação – Ponta Grossa

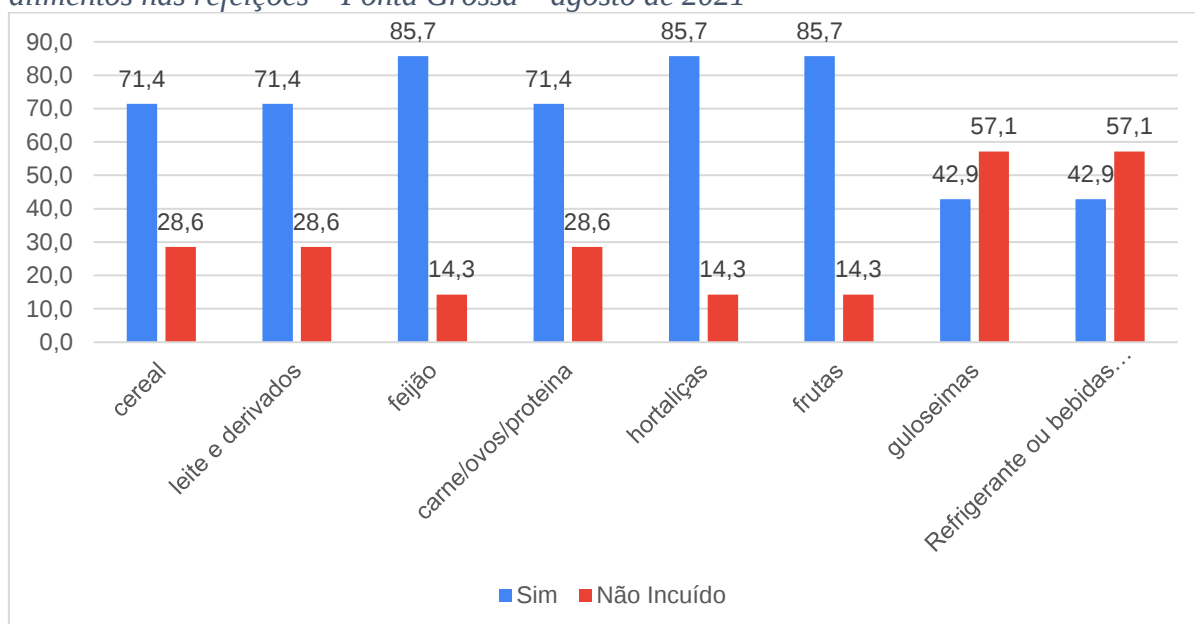
Tempo de atuação	Refeições	Cestas
Menos de 2 anos	42%	43%
2 a 5 anos	0%	10%
10 a 20 anos	8%	17%
20 a 40 anos	19%	15%
Mais de 40 anos	31%	15%
Não informou	0%	0%

Fonte: Resultado da Pesquisa

No caso da composição das refeições, 86% das entidades/pessoas físicas afirmaram ter feijão, frutas e hortaliças na composição das refeições doadas; 71% inferiram ter cereal, leite/derivados e carne/ovos/proteínas nas refeições fornecidas e; 43% afirmaram ter guloseimas e refrigerante/bebidas açucaradas. Tendo em vista o atual contexto de aumento da pobreza e insegurança alimentar na população, a qualidade das refeições doadas, podem impactar de forma positiva no padrão alimentar das famílias assistidas nos programas sociais. Os alimentos que compõe as refeições, no período estudado, são também os mais consumidos pela população brasileira em geral, que fazem parte da Cesta Básica Nacional e do Guia Alimentar para a População Brasileira.

A presença de feijão, frutas e hortaliças nas doações e de cereais, leite/derivados, carnes/ovos/fontes proteicas, podem contribuir de forma positiva na qualidade nutricional da dieta, sobretudo no aporte de proteína e micronutrientes. Dados das últimas Pesquisas de Orçamento Familiar (POF), demonstraram baixo consumo de frutas, hortaliças e alimentos proteicos nas populações brasileiras de baixa renda. Entretanto, alimentos de baixo valor nutricional, como guloseimas e refrigerantes/bebidas açucaradas, podem demonstrar, em alguns casos, consumo de alimentos de baixa qualidade nutricional. Vale ressaltar que precárias condições de vida, podem desencadear nos indivíduos, estados nutricionais inadequados ambíguos, como desnutrição e obesidade.

Gráfico 3: Percentual de entidades/pessoas físicas conforme a inclusão de alguns tipos de alimentos nas refeições – Ponta Grossa – agosto de 2021

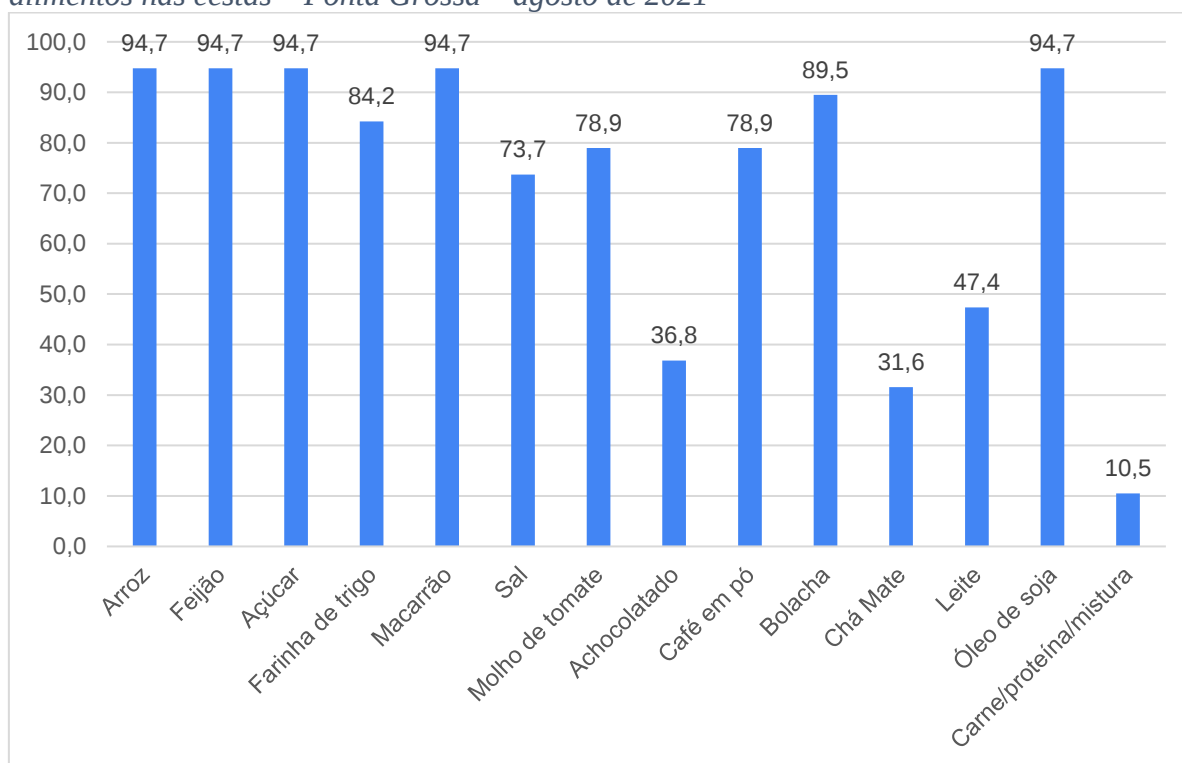


Fonte: Resultado da Pesquisa

No caso da composição das cestas, 95% das entidades/pessoas físicas afirmaram ter arroz, feijão, açúcar, macarrão e óleo de soja; 90% inferiram ter bolacha; 84,2% farinha de trigo; 79% molho de tomate; 74% sal; 47% das entidades/pessoas físicas afirmaram tem leite; 37% achocolatado; 32% chá mate, e; apenas 11% carne/proteína/mistura.

A partir dos dados coletados pode-se verificar que os itens que compõe a maioria das cestas, enquadram-se em alimentos não perecíveis, tradicionais na dieta do brasileiro, como arroz; feijão; cereais; óleo; sal e açúcar. Alimentos como arroz, feijão e cereais (farinha de trigo, macarrão, bolacha), representam um aumento do aporte calórico na alimentação diária, que podem suprir de forma quantitativa o consumo alimentar. Alimentos como sal, extrato de tomate, óleo, fermento em pó, achocolatado e chá, são insumos que podem auxiliar no preparo e sabor das refeições. Porém, do ponto de vista de proteínas e fontes alimentares de vitaminas e minerais, as cestas apresentam pouca qualidade, com exceção daquelas compostas também com leite. Assim, as cestas básicas precisariam ser complementadas com doações mais frequentes de alimentos frescos, como ovos, frutas e hortaliças.

Gráfico 4: Percentual de entidades/pessoas físicas conforme a inclusão de alguns tipos de alimentos nas cestas – Ponta Grossa – agosto de 2021



Fonte: Resultado da Pesquisa

Na Tabela 7 tem-se a média de alimentos por cesta doada. Na primeira coluna levou em conta o peso/quantidade média do produto considerando todas as cestas, inclusive aquelas em que não se tinha o produto. Na segunda coluna considerou o peso/quantidade média do produto apenas naquelas cestas em que se tinha a presença daquele produto. Por exemplo, no caso da carne/proteína/mistura, naquelas cestas que forneciam esse tipo de produto, o peso médio doado correspondeu a 5,25kg por cesta. Agora, como apenas 11% das entidades/pessoas físicas incluíam esse produto nas cestas, ao considerar todas as doações, o peso médio de carne/proteína/mistura caiu para 0,55 kg. Esses resultados sugerem que as cestas doadas pelas entidades são complementares às necessidades alimentares diárias, sobretudo no aporte energético, com menor participação nos demais grupos alimentares. As composições das cestas básicas não são proporcionais ao número de beneficiários nas famílias assistidas, assim como há deficiência em termos de alimentos *in natura*, leite e derivados.

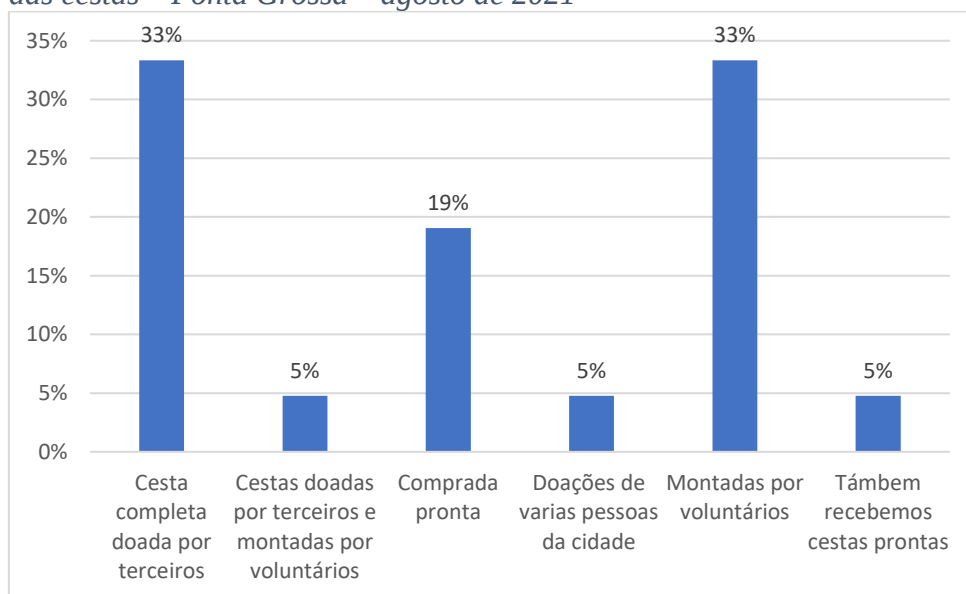
Tabela 7: Peso/quantidade média de produtos em cada cesta doada – Ponta Grossa – Agosto de 2021

	Todas as entidades	Apenas nas cestas que há o produto
Arroz (kg)	3,50	3,69
Feijão (kg)	2,29	2,42
Açúcar (kg)	3,19	3,38
Farinha de trigo (kg)	2,31	2,59
Macarrão (kg)	1,55	1,64
Sal (kg)	0,74	0,89
Molho de tomate (unid)	0,84	1,07
Achocolatado (kg)	0,36	0,93
Café em pó (Kg)	0,71	0,90
Bolacha (KG)	0,89	1,00
Chá Mate (kg)	0,29	0,92
Leite (l)	0,55	1,17
Óleo de soja (l)	1,21	1,28
Carne/proteína/mistura (KG)	0,55	5,25

Fonte: Resultado da Pesquisa

Ao questionar como são feitas as cestas, a maior parte relatou serem cestas completas doadas por terceiro ou montadas por voluntários (Gráfico5). Como tem-se um percentual elevado de entidades/pessoas físicas que doaram cestas montadas por voluntários, provavelmente a composição decorreu da disponibilidade diária dos produtos (não tendo, necessariamente, um padrão), justificando, em parte, a heterogeneidade na composição das mesmas quando comparado com as doações feitas pelas diferentes entidades/pessoas físicas (Gráfico 4).

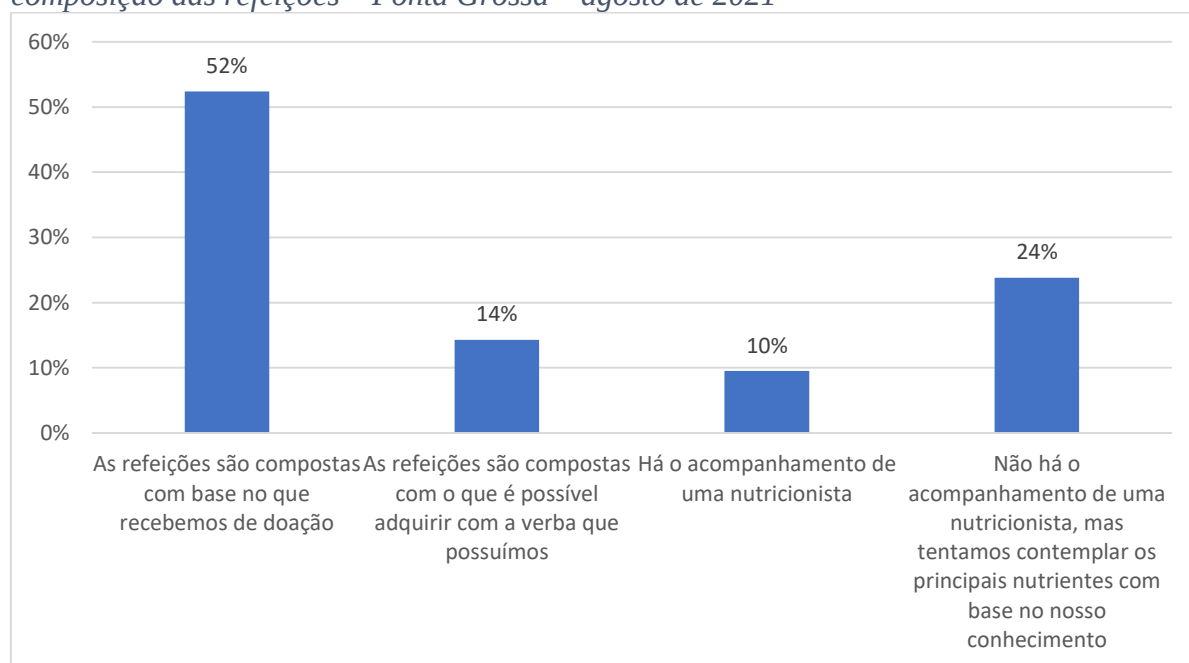
Gráfico 5: Percentual de entidades/pessoas física conforme a forma que é feita a composição das cestas – Ponta Grossa – agosto de 2021



Fonte: Resultado da Pesquisa

Igualmente, questiono-os eram realizadas as refeições, e a maior parte inferiu que as refeições eram preparadas conforme a disponibilidade de doações do dia, ressaltando que em apenas 10% das entidades/pessoas físicas tinha a presença de um nutricionista para a preparação das refeições (Gráfico 6). Programas de complementação alimentar devem garantir à população atendida, alimentação de qualidade, do ponto de vista nutricional e sanitário. Ações para reduzir a insegurança alimentar, a partir de cestas básicas e refeições, podem ser aprimoradas, a partir de análise e supervisão de profissionais da área de nutrição e alimentação.

Gráfico 6: Percentual de entidades/pessoas físicas conforme a forma que é feita a composição das refeições – Ponta Grossa – agosto de 2021



Fonte: Resultado da Pesquisa

A Tabela 8 mostra uma relação importante entre o controle interno/financeiro das entidades/pessoas físicas e a forma como é feita a composição das refeições, de modo que, aqueles que utilizam nutricionista são os que ou tem controle interno/financeiro por meio de planilhas ou fazem esse controle de forma manual. O ponto importante é que nestas entidades/pessoas físicas há essa organização interna.

Tabela 8: Percentual de entidades/pessoas físicas conforme a forma que é feita a composição das refeições versus a forma de controle financeiro/interno– Ponta Grossa – agosto de 2021

Composição	Planilha Eletrônica	Manual	Não é realizado controle interno ou financeiro	Não sabe precisar
As refeições são compostas com base no que recebemos de doação	18,18%	54,55%	9,09%	18,18%
As refeições são compostas com o que é possível adquirir com a verba que possuímos	66,67%	33,33%	0,00%	0,00%
Há o acompanhamento de uma nutricionista	50,00%	50,00%	0,00%	0,00%
Não há o acompanhamento de uma nutricionista, mas tentamos contemplar os principais nutrientes com base no nosso conhecimento	60,00%	20,00%	20,00%	0,00%

Fonte: Resultado da Pesquisa

Com efeito, ao perguntar como são definidas as composições das refeições, tem-se a Tabela 9.

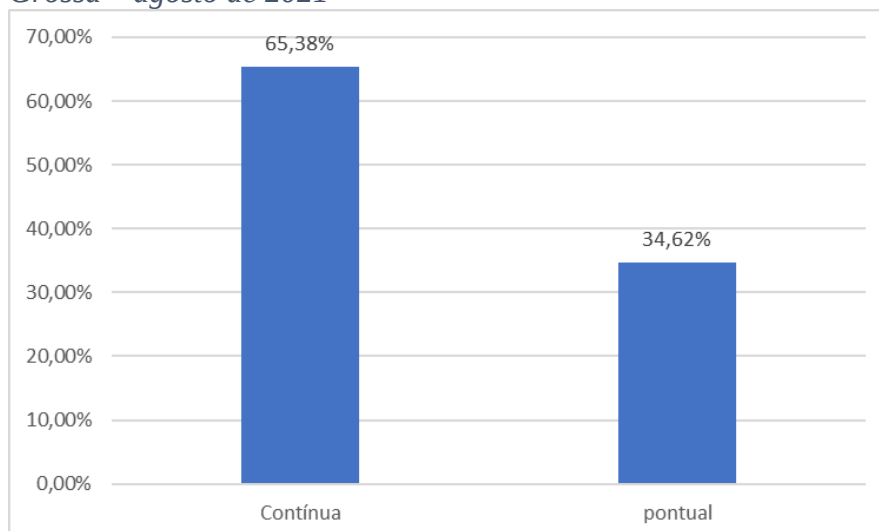
Tabela 9: Percentual de entidades/pessoas físicas conforme como é definida a composição da refeições– Ponta Grossa – agosto de 2021

Doações de alimentos de pessoas físicas	5%
Doações de alimentos de pessoas físicas, doações de alimentos de empresas	10%
Doações de alimentos de pessoas físicas, doações de alimentos de empresas, doações de alimentos a partir de entidades públicas, recursos próprios	5%
Doações de alimentos de pessoas físicas, doações financeiros de pessoas físicas, doações de alimentos de empresas, doações financeiras de empresas, Doações de alimentos a partir de entidades públicas, recursos próprios, produção própria	5%
Doações de alimentos de pessoas físicas, doações financeiros de pessoas físicas, Doações de alimentos de empresas, doações financeiras de empresas, produção própria	5%
Doações de alimentos de pessoas físicas, doações financeiros de pessoas físicas, Doações de alimentos de empresas, recursos próprios, produção própria	5%
Não respondeu	67%

Fonte: Resultado da Pesquisa

Importante destacar que em mais de 60% das entidades/pessoas físicas, as ações de combate a fome são contínuas, ou seja, periodicamente as doações são feitas. Isso é muito importante para aqueles que recebem as doações, pois, saber que podem contar com aquelas doações periodicamente mitiga, em parte, o seu desalento quanto à sua condição de vulnerabilidade social.

Gráfico 7: Percentual de entidades/pessoas físicas quanto à frequência das ações – Ponta Grossa – agosto de 2021



Fonte: Resultado da Pesquisa

Ao questionar se a pandemia gerou alguma mudança na(s) ação(ões) desenvolvidas, teve os seguintes resultados: todas as entidades/pessoas físicas observaram um aumento na demanda por doações após o início da pandemia; 47% alteraram a forma de atuar, focando na distribuição de alimentos; 39% aumentaram a área de atuação das suas doações, abrangendo mais regiões de Ponta Grossa; 34% identificaram um aumento de pessoas e de patrocinados auxiliando. Esses dados ratificam as inferências feitas anteriormente quanto à intensificação da fome ao longo do município, evidenciada pelo aumento da demanda por essas ações e pelas regiões atendidas.

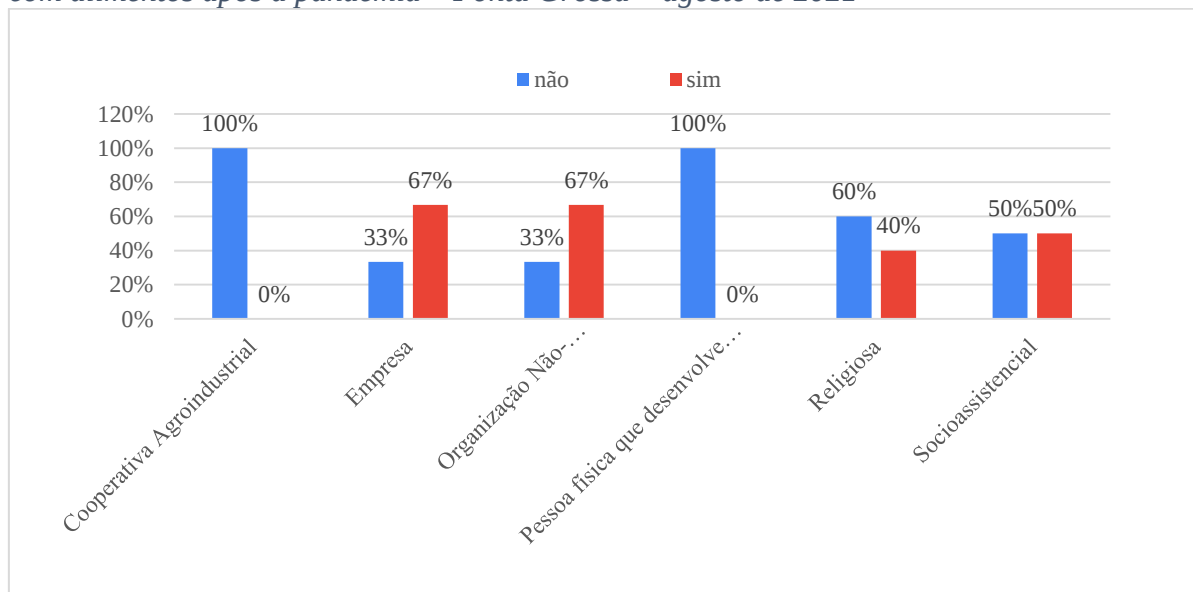
Tabela 10: Percentual de entidades/pessoas físicas conforme mudanças nas ações após a pandemia – Ponta Grossa – agosto de 2021

Mudanças nas ações após a pandemia	Entidades/pessoas físicas
Aumento de pessoas buscando auxílio	100%
Mudança na forma do auxílio com alimentos	47%
Aumento das áreas atendidas (regiões do município)	39%
Aumento de interessados em auxiliar (voluntários e patrocinadores)	34%
Diminuição de interessados em auxiliar (voluntários e patrocinadores)	15%
Não tivemos ajuda do poder público para às doações de certas básicas.	4%
Não houve mudanças	8%

Fonte: Resultado da Pesquisa

Ao investigar quais os tipos de entidades/pessoas físicas que tiveram as maiores mudanças na forma do auxílio, voltando-as para alimentos, observa-se (Gráfico 8) que a maior parte das empresas, das ONGs e entidades socioassistencial apresentavam tal alteração.

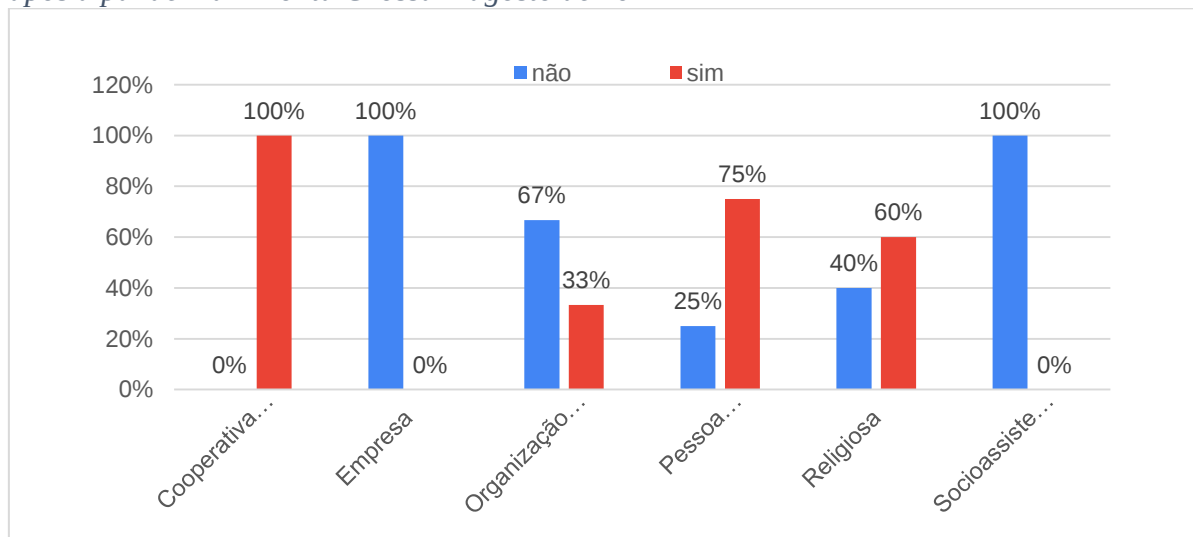
Gráfico 8: Percentual de entidades/pessoas físicas conforme mudanças na forma do auxílio com alimentos após a pandemia – Ponta Grossa – agosto de 2021



Fonte: Resultado da Pesquisa

Ademais, ao investigar quais os tipos de entidades/pessoas físicas que tiveram ampliação das áreas atingidas pelas ações, todas as cooperativas apresentaram tal ampliação, cenário similar verificado em boa parte das entidades religiosas e ONGs (Gráfico 9).

Gráfico 9: Percentual de entidades/pessoas físicas conforme ampliação das áreas atingidas após a pandemia – Ponta Grossa – agosto de 2021



Fonte: Resultado da Pesquisa

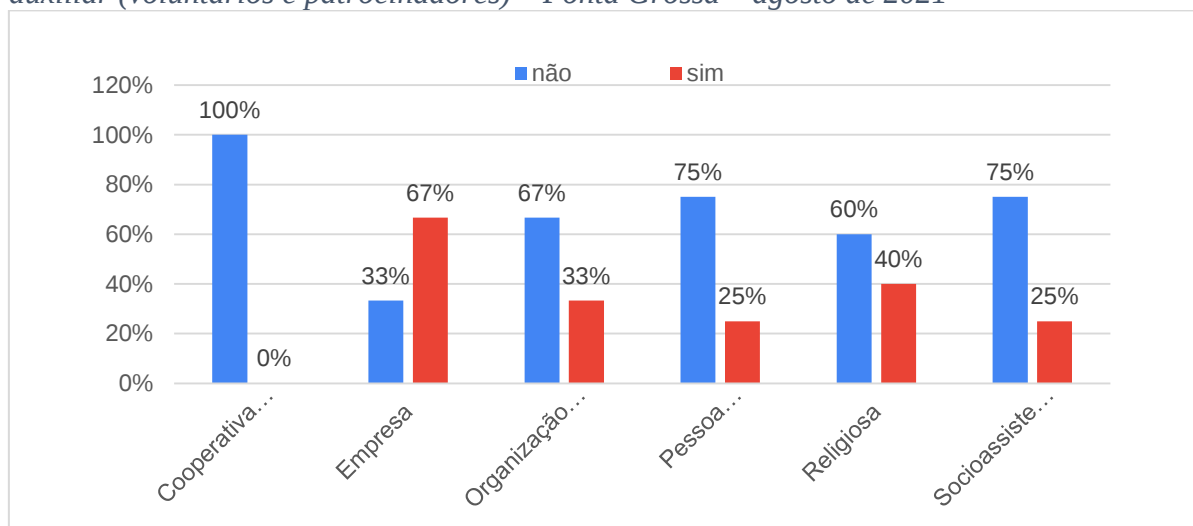
Importante ressaltar que, com exceção das cooperativas, todas as demais tiveram parte das suas entidades/pessoas físicas inferindo quanto à ampliação dos interessados em auxiliar

(seja na execução das ações como também no patrocínio). Isso demonstra a união da sociedade civil, buscando contribuir com a mitigação da fome num dos períodos mais críticos da nossa história.

Na contramão, em torno de 20% das entidades que compõe as ONGs e entidades Religiosas, juntamente com as ações das pessoas físicas, inferiram quanto a queda de interessados em ajudar.

Neste sentido, considerando o percentual de entidades/pessoas físicas que reconheceram a ampliação dos auxílios versus o percentual que identificou uma diminuição dessa ajuda, pode-se inferir que, durante a pandemia, se teve uma ampliação líquida de pessoas ajudando nas ações de combate à fome em Ponta Grossa.

Gráfico 10: Percentual de entidades/pessoas físicas conforme ampliação de interessados em auxiliar (voluntários e patrocinadores) – Ponta Grossa – agosto de 2021

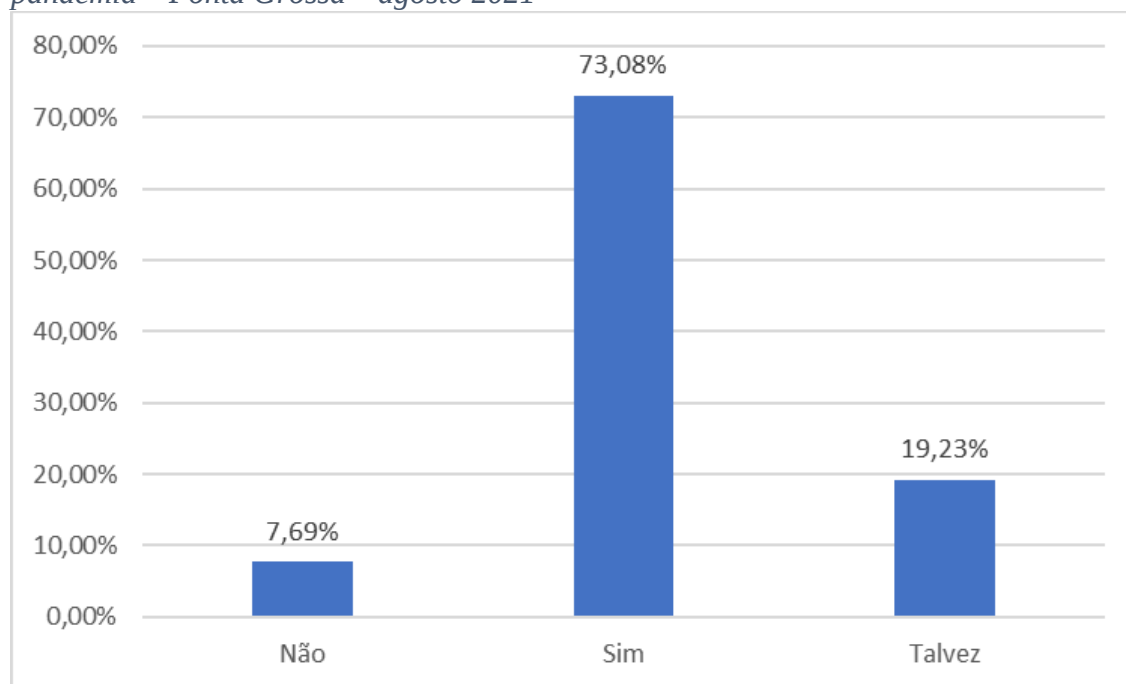


Fonte: Resultado da Pesquisa

Por fim, questionou-os se irão continuar com suas ações após a pandemia, e 73% inferiu que sim (Gráfico 8). Ademais, verifica que parte das ONGs e das entidades socioassistenciais foram as que relataram que pretendem não continuar com suas ações após o termino da pandemia (Tabela 11). E 50% das que inferiram que não vão manter suas ações iniciaram suas doações após o início da pandemia (Tabela 12). A principal regulamentação da política de Assistência Social – a LOAS – não faz nenhuma referência a ofertas em caráter de “doação” de alimentos, e sim situa os benefícios eventuais no âmbito dos direitos e garantias do SUAS, com indicação da necessidade do estabelecimento de critérios transparentes, deliberados pelos Conselhos locais de Assistência Social. Considerando que as entidades socioassistenciais integram a rede de atendimento da política de Assistência Social, e neste contexto de pandemia

, a distribuição de alimentos vincula-se ao benefício eventual decorrente de vulnerabilidade temporária, logo, a execução deste benefício ,deve estar deliberado pelo Conselho de Assistência Social, principalmente porque a oferta de alimentos para suprir necessidade de alimentação, deve ser visto na ótica do direito de cidadania e do direito humano à alimentação, princípio estruturante da política de segurança alimentar e nutricional, já que O Sistema Único de Assistência Social não prevê qualquer ação na esfera dos entes federados e da gestão relacionada à doação de alimentos. (MINISTÉRIO DA CIDADANIA ,2018,p.40). A questão que se coloca, é a necessidade de um maior debate entre as políticas sobre o direito à alimentação.

Gráfico 11: Percentual de entidades/pessoas físicas que irão continuar suas ações após a pandemia – Ponta Grossa – agosto 2021



Fonte: Resultado da Pesquisa

Tabela 11: Percentual de entidades/pessoas físicas que irão continuar suas ações após a pandemia – Por tipo de entidades/pessoa física – Ponta Grossa – agosto 2021

Tipo de entidade/pessoa física	Não	Sim	Talvez
Cooperativa Agroindustrial	0%	5%	0%
Empresa	0%	11%	20%
Organização Não-Governamental (ONG)	50%	26%	60%
Pessoa física que desenvolve ações de modo particular	0%	16%	20%
Religiosa	0%	26%	0%
Socioassistencial	50%	16%	0%

Fonte: Resultado da Pesquisa

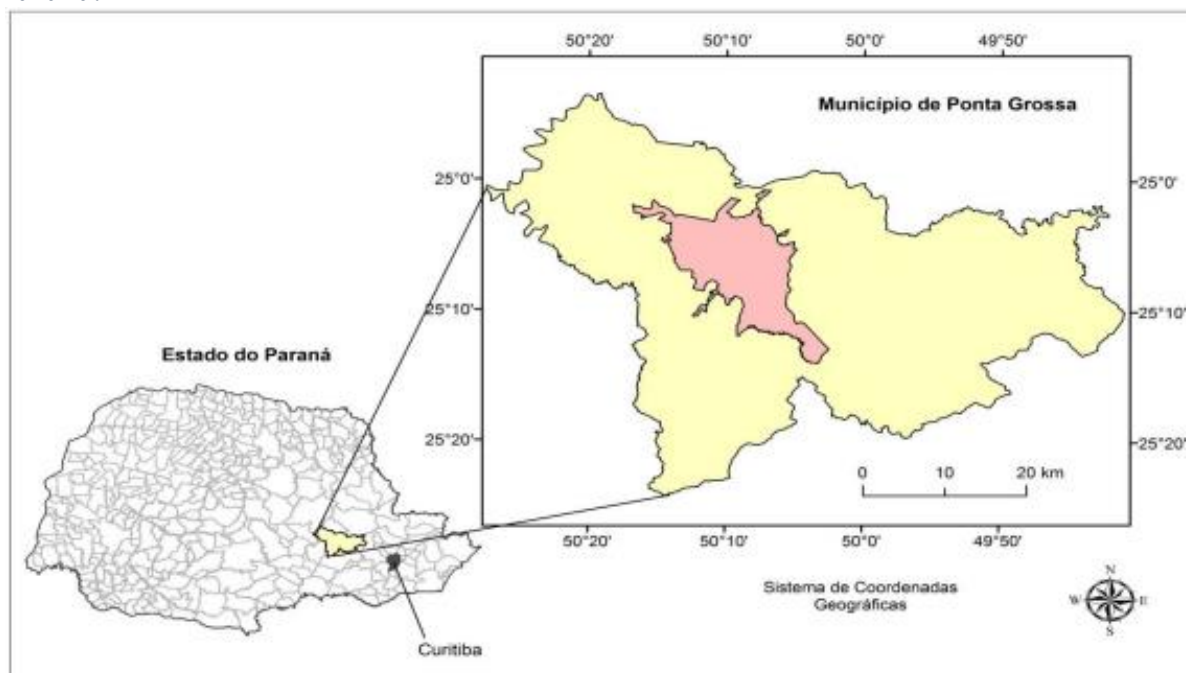
Tabela 12: Percentual de entidades/pessoas físicas que irão continuar suas ações após a pandemia – Por tempo de atuação – Ponta Grossa – agostos 2021

Tempo de atuação	Não	Sim	Talvez
10 a 20 anos	0%	21%	0%
2 a 5 anos	0%	21%	0%
20 a 40 anos	0%	21%	20%
Mais de 40 anos	0%	16%	0%
Menos de 2 anos	50%	21%	60%
Não respondeu	50%	0%	20%

Fonte: Resultado da Pesquisa

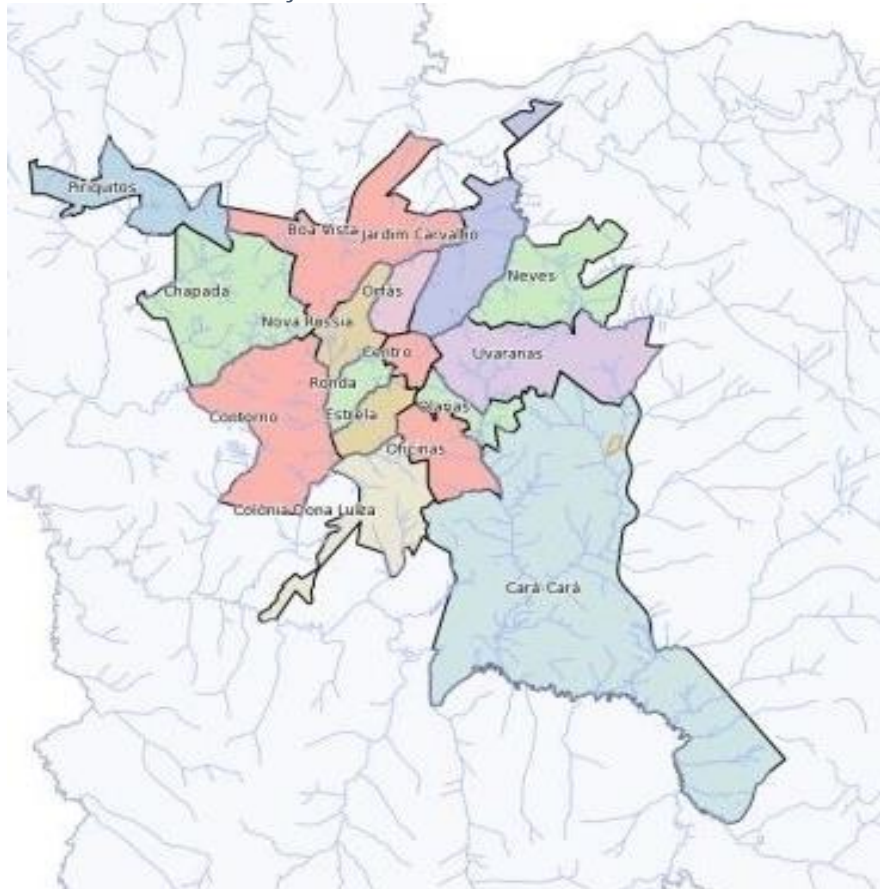
O Município de Ponta Grossa cobre uma superfície de 2.112,6 km² (PONTA GROSSA, 2006). A sede municipal definida pela área urbana congrega 16 bairros (figura 2) e o município ainda possui quatro distritos rurais administrativos. Na figura 1 demonstra-se a localização do município no estado do Paraná e em destaque com cor amarelo a área rural e em rosa a área urbana. Em 2021, a população total estimada municipal correspondia 358.838 habitantes (IBGE, 2021), com mais de 97% das pessoas residindo na área urbana.

FIGURA 1 - Localização do município e da área urbana de Ponta Grossa no estado do Paraná.



Fonte: NASCIMENTO; MATIAS (2011) com base: IBGE (2007) e Prefeitura Municipal de Ponta Grossa (perímetro urbano 2007).

FIGURA 2 - Localização dos bairros de Ponta Grossa no estado do Paraná.



Fonte: Prefeitura Municipal de Ponta Grossa

Com relação ao fluxo das ações de doação e sua abrangência territorial, tem-se que das 26 entidades (pessoa física e instituições) que participaram da pesquisa, 10 realizaram doações concentradas em um único bairro, prioritariamente próximo a sua origem sede, outras 03 diversificaram entre 03 ou 04 bairros também próximos a sua origem, mais 03 entidades pulverizaram as suas ações de doação entre 06 a 10 localidades e outras 10 entidades diversificaram a doação acima de 13 bairros, sendo que destas 07 doaram em todo os 16 bairros. Infere-se que se teve uma concentração territorial por parte de 50% dos doadores próxima as suas localidades e 38,50% dos doadores diversificaram intensamente a doação.

Na figura 3 demonstra-se a localização das entidades e pessoas que realizaram as doações bem como as áreas abrangidas pelo doador. A diversidade de localidades dos doadores e de seus *lôcus de atendimento* demonstram-se um entrelaçamento de ações no espaço local.

Figura 3: Abrangência das doações das entidades

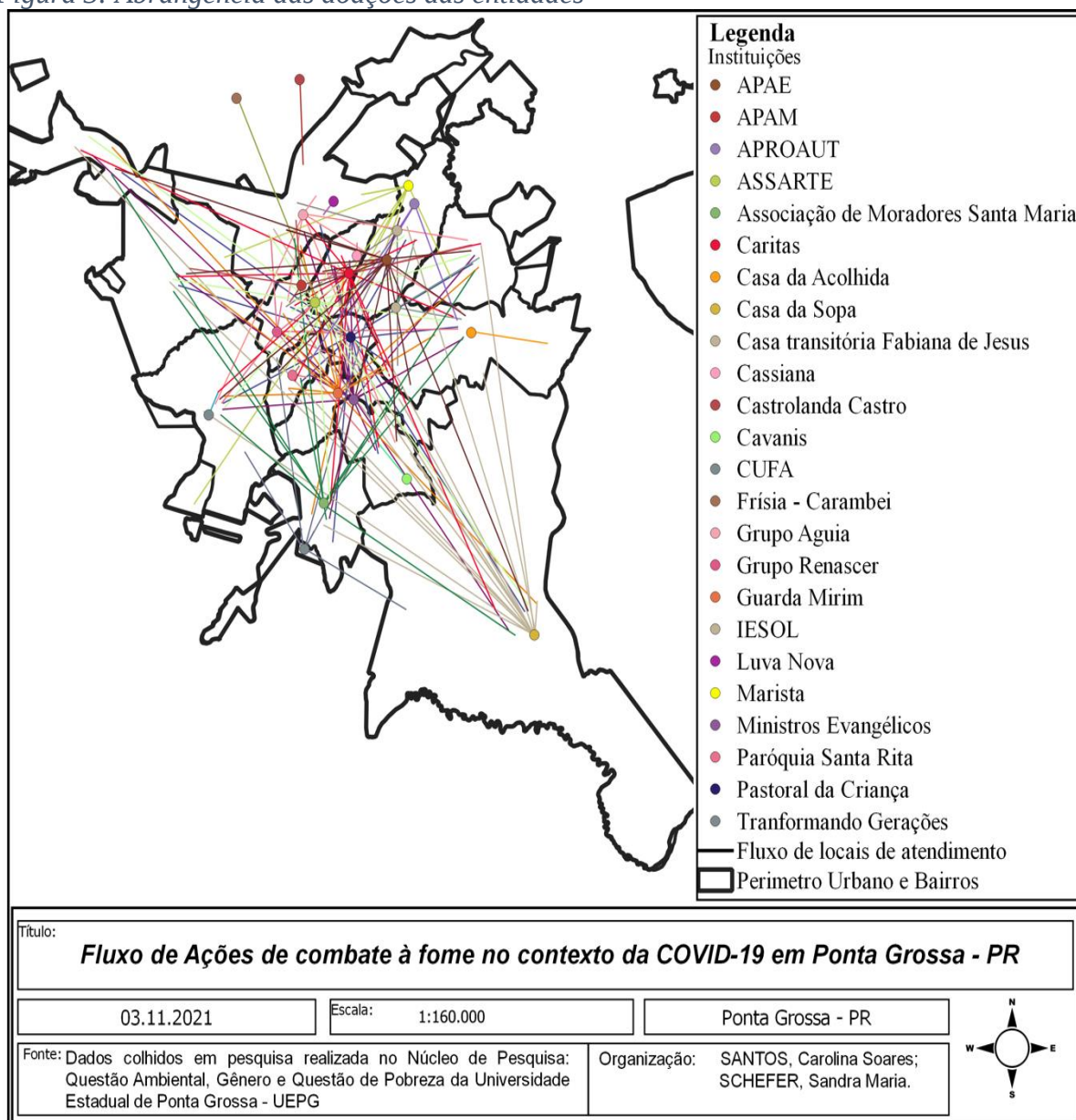
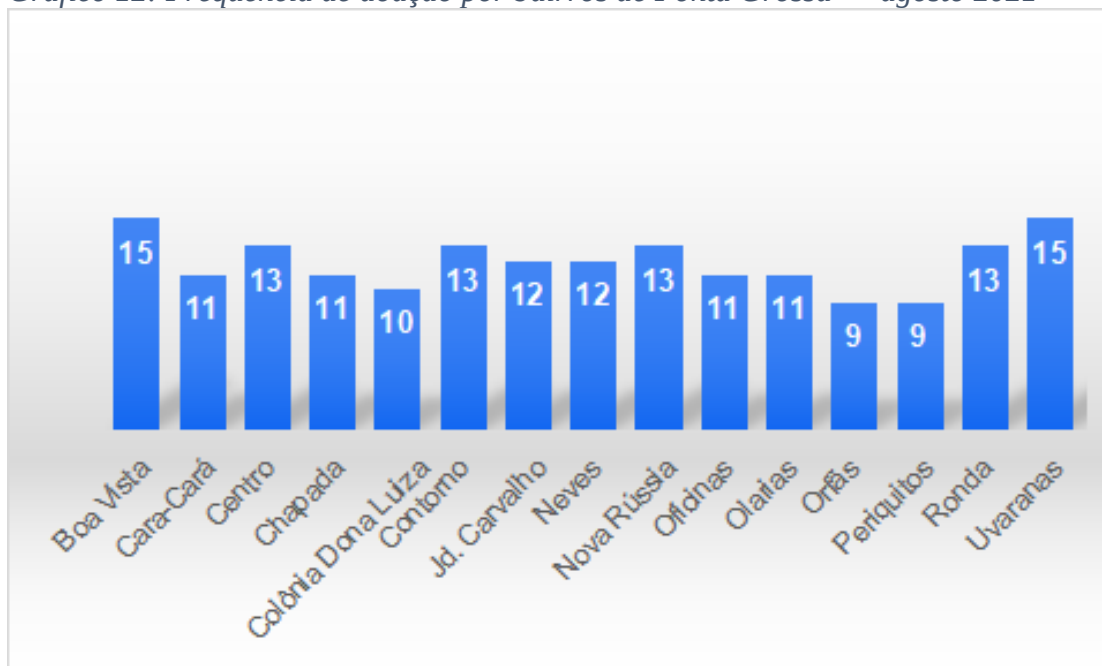


Gráfico 12: Frequência de doação por bairros de Ponta Grossa – agosto 2021



Fonte: Resultado da Pesquisa

Quando se relaciona a figura 3 em consonância com os dados do gráfico 12 tem-se que os bairros Boa Vista e de Uvaranas foram os que mais receberam doações com frequência de 15 doadores enquanto que os bairros Órfãs e Periquitos tiveram a menor frequência com 09 doadores. Os demais bairros tiveram uma frequência entre 10 a 13 doadores.

A territorialização da doação na área urbana do município de Ponta Grossa permitiu visualizar a rede de entrelaçamento de ações voltadas para as pessoas em situação de vulnerabilidade o que colocou em evidência um dos problemas crônicos decorrentes do período pandêmico: a fome.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Pandemia afetou duramente o Brasil, causando reflexos negativos na vulnerabilidade social. As informações coletadas nesta pesquisa evidenciam um aumento na demanda por doações de cestas básicas e refeições no município de Ponta Grossa, com ampliação das áreas atendidas de boa parte das entidades/pessoas físicas.

A pesquisa demonstrou que a fome além de ser um problema complexo e multicausal se potencializou neste período, visto que os dados mostram aumento da demanda por alimentos. Nesse sentido pode-se afirmar que a violência estrutural expressa pela exclusão e desigualdade se tornaram mais graves neste momento da pandemia.

A fome, vivenciada pelas pessoas que precisam periodicamente de doação de alimentos para a sua subsistência, são o retrato da insegurança alimentar vivenciada por uma parcela da população de Ponta Grossa, que embora esteja sendo mitigada por ações conjuntas da sociedade civil, não são capazes de suprir de forma adequada a alimentação na quantidade e qualidade necessária para uma vida digna e saudável.

Aliás o direito à alimentação enquanto direito social e de segunda dimensão precisa de ações e políticas do Estado no sentido de proporcionar as adequadas condições de vida para o ser humano, e é nesse sentido que dispõe o artigo 6º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição” (BRASIL, 2010)

Embora o direito à alimentação, passe a constar expressamente na Constituição Federal somente a partir da Emenda Constitucional 64/2010, o direito à alimentação, já era reconhecido pela Comissão de Direitos Humanos da ONU em 1993, com voto favorável do Brasil. Na ordem infraconstitucional a Lei nº 11.346 de 15 de setembro de 2006, regulamentada pelo Decreto n. 7272/2010 que já havia criado o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) e instituiu a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - PNSAN, com o objetivo geral de promover a segurança alimentar e nutricional, bem como assegurar o direito humano à alimentação adequada, visto que se constitui em direito fundamental do ser humano e inerente à dignidade humana.

A garantia da dignidade humana se constitui em,

qualidade intrínseca e distintiva reconhecida em cada ser humano que o faz merecedor do mesmo respeito e consideração por parte do Estado e da comunidade, implicando, neste sentido, num complexo de direitos e deveres

fundamentais que assegurem a pessoa tanto contra todo e qualquer ato de cunho degradante e desumano, como venham a garantir as condições existenciais mínimas para uma vida saudável, além de propiciar e promover a sua participação ativa e co-responsável nos destinos da própria existência e da vida em comunhão com os demais seres humanos, mediante o devido respeito aos demais seres que integram a rede da vida .(SARLET, 2011,p.73)

Nesse contexto, a fome afronta a dimensão da justiça social e econômica, visto que as pessoas não detêm condições autônomas para adquirir, produzir e preparar seus alimentos na quantidade, qualidade e periodicidade necessária.

Por mais que a solidariedade traga a sociedade civil e organizações para atuar na mitigação da fome, cabe lembrar que a alimentação adequada é um direito humano a ser garantido pelo Estado. Algumas ações públicas emergenciais são observadas nos âmbitos federal, estadual e municipal, contudo essas parecem ser insuficientes no atual momento. O aumento da abrangência vacinal traz otimismo com relação a recuperação econômica, que pode melhorar um pouco esse cenário alimentar. Contudo, mesmo que cheguemos ao término dessa pandemia, haverá sequelas em muitos âmbitos inclusive com relação a saúde e nutrição da população que devem ser endereçados pelo governo, bem como devem ser investigados e monitorados em pesquisas futuras.

Nesse sentido a contribuição pesquisa constante relatório, que trouxe dados de como os atores sociais que têm promovido ações para que se cumpra o direito humano à uma alimentação adequada, bem como para dar visibilidade às violações decorrentes da insegurança alimentar que a população de Ponta Grossa vem enfrentando com o coronavírus.

Sem dúvida que o Direitos Humanos à Alimentação Adequada se constitui em dever do Estado e da família, com a colaboração da sociedade, especialmente no contexto difícil e complexo como o da pandemia que ainda se vive em escala mundial.

Contudo são necessárias reflexões sobre os dados para a implementação de ações específicas que devam ser promovidas e articuladas, na integração dos esforços do Poder Executivo e da sociedade civil para garantir o Direitos Humanos à Alimentação Adequada.

A pesquisa realizada no âmbito das entidades, demonstrou que a demanda por alimentação aumentou significativamente no período da pandemia, embora contando com o trabalho de entidades que ampliaram suas atividades de doação, e ainda com o ingresso de novos atores contribuindo para suprir as demandas da fome, mas que nem sempre é possível atingir a alimentação adequada nos aspectos quantitativos e qualitativos necessários à segurança nutricional.

Mas as entrevistas também trazem a preocupante a informação de que 50% das entidades não pretendem continuar com suas ações após o término da pandemia, de modo que o problema da fome continuará persistindo. Essa constatação traz a necessidade de que se aprofunde a pesquisa e conheça também a realidade individual destas pessoas atendidas e que estão em situação de vulnerabilidade, sofrendo com a violência estrutural da fome.

Nesse sentido que o Núcleo de Pesquisa em Gênero, Pobreza e Questão Ambiental, também estará realizando entrevistas (pesquisa) com as pessoas afetadas, ou seja, com as pessoas que estão em situação de vulnerabilidade e são atendidas pelos CRAS e com eventual auxílio de alimentação do município. Estes dados também serão importantes para dar visibilidade da situação grave em que estão submetidas, bem como nortear caminhos para o que o poder público (federal, estadual e municipal) em colaboração com atores sociais, adotem de modo urgente e prioritário as políticas e ações necessárias para promover e garantir a segurança alimentar e nutricional à comunidade.

Por fim, é importante ressaltar as dificuldades que se teve no processo de coleta das informações utilizadas nesta pesquisa. Ao todo, onze alunos do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais efetivaram as ligações telefônicas para as entidades, as quais foram identificadas por meio da mídia, além do que, fez uma consulta inicial (por e-mail) com as entidades inscritas em 2020 no conselho municipal de assistência social do município de Ponta Grossa, selecionando aquelas que afirmaram estar fazendo ações de doação de alimentos (cestas e refeições) atualmente.

Do total de entidades pré-selecionadas (39), apenas quinze responderam ao questionário por intermédio dos alunos. As principais dificuldades encontradas neste processo, foram: dificuldade de contato com o responsável para realizar a aplicação do questionário; dificuldade em encontrar o contato da entidade; falta de resposta quanto às tentativas de contato e; desconfiança acerca da pesquisa.

Essas e outras ações são cruciais para a mitigação da fome ao longo do município, e a sua catalogação apresenta-se como importante, evidenciando a alta exclusão social que está em curso no município, além de promover a divulgação das ações dessas entidades.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Guia Alimentar para a população brasileira**. Brasília: MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica., 2014.

BRASIL. Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional. Lei Nº 11.346 de 15 de setembro de 2006. . 2006, p. 28.

MINISTÉRIO DA CIDADANIA . **Orientações Técnicas sobre Benefícios Eventuais** .Secretaria Especial de Desenvolvimento Social Departamento de Benefícios Assistenciais e Previdenciários. Brasília , 2018 Disponível em https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/SNAS_Cartilha_Par%C3%A2metros_Atua%C3%A7%C3%A3o_SUAS.pdf, acesso em 13 de dezembro de 2021.

CEPAL. Panorama Social da América Latina 2020. Santiago (Chile): CEPAL, 2021. Disponível em: < <https://www.cepal.org/pt-br/publicaciones/46784-panorama-social-america-latina-2020-resumo-executivo>> Acesso em novembro de 2021.

IBGE. Cidade Ponta Grossa. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/ponta-grossa/panorama>. Acesso em 15 de novembro de 2021

IBGE. **POF-Pesquisa de orçamento familiares 2017-2018: primeiros resultados**. Rio de Janeiro: IBGE. Coordenação de Trabalho e Rendimento., 2019.

PONTA GROSSA. Plano Diretor 2006. Disponível em: <https://www.pontagrossa.pr.gov.br/node/1283> . Acesso em 15 de novembro de 2021

REDE PENSSAN. **Insegurança Alimentar e Covid-19 no Brasil**. Disponível em: <http://olheparaafome.com.br/VIGISAN_Inseguranca_alimentar.pdf>. Acesso em: 4 nov. 2021.

SARLET, Ingo Wolfgang. Dignidade da Pessoa Humana e Direitos Fundamentais na Constituição Federal de 1988. Nova Edição. 9 ed. rev. atua. Porto Alegre: Livraria do Advogado, Editora 2011.

Termo de Consentimento Livre Esclarecido / Termo do Consentimento de Uso de Imagem, Som e Voz

O meu nome é Augusta Pelinski Raiher. Sou pesquisador da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa “FOME E PANDEMIA: UM ESTUDO EM PONTA GROSSA (PR)”, desenvolvida pelo Núcleo de Pesquisa Questão Ambiental, Gênero e Condição de Pobreza da Universidade Estadual de Ponta Grossa, com a co-participação da Universidade Tecnológica Federal do Paraná- Campus de Ponta Grossa. Você está sendo convidado(a) a participar desta pesquisa tendo em vista que a sua família foi assistida por um dos CRAS com o benefício eventual de auxílio alimentação de Ponta Grossa, sendo este o critério da sua **INCLUSÃO** nesta pesquisa.

O objetivo principal desta pesquisa é identificar o percentual de famílias atendida pelos CRAS que estavam na insegurança alimentar antes e durante a pandemia. Por isso, o(a) senhor(a) irá responder a um questionário com perguntas que permitirão mensurar o consumo familiar do seu domicílio.

O principal risco desta pesquisa consiste no vazamento de informações pessoais. Neste sentido, visando minimizar esse risco, apenas os pesquisadores terão acesso aos dados individuais; não serão repassadas as informações ou os documentos pessoais dos entrevistados nem aos participantes da coleta de dados e nem a qualquer outro solicitante; os dados serão analisados e discutidos sem identificação dos respondentes, e; o arquivo final completo será mantido em sigilo sob responsabilidade do pesquisador responsável, de modo que o armazenamento e a transferência dos dados seguirá as orientações presentes no ofício circular nº 2/2021 CONEP/SECNS/MS.

Outro risco eminente desta pesquisa refere-se ao constrangimento, dada a natureza delicada da pesquisa ao tratar de temas sensíveis (como fome e vulnerabilidade social). Neste sentido, para mitigar parte deste risco, o(a) senhor (a) poderá interromper a aplicação do questionário a qualquer momento, sem necessidade de justificativa. Se tiver qualquer dúvida, terá o esclarecimento imediato durante a pesquisa.

Importante ressaltar que com as informações desta pesquisa será construído um relatório – o qual poderá orientar as políticas públicas visando a diminuição da fome em Ponta Grossa, sendo este o principal benefício desta pesquisa-, construindo também trabalhos acadêmicos publicados posteriormente, ressaltando que em todas as publicações terá

apenas os resultados agregados, sem revelar seu nome ou qualquer informação relacionada à sua privacidade.

A aplicação do questionário tem um tempo estimado entre 20 a 30 minutos, e somente será feita com o responsável pelo domínio, sob pena de **EXCLUSÃO**, ressaltando que esta pesquisa será realizada uma única vez. Pelo tempo prolongado da pesquisa, sugiro que o senhor (a) -caso aceite participar - responda ao questionário em local seguro e confortável.

Em caso de dúvidas, você pode entrar em contato com a Comissão de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual de Ponta Grossa, pelo e-mail propesp-cep@uepg.br e telefone (42) 3220-3108, ou diretamente com a pesquisadora responsável, Prof. Augusta Pelinski Raiher, pelo e-mail: apraiher@uepg.br, ou pelo telefone (42) 991231515.

Por fim, conforme consta na resolução nº 510/16: “§ 2º - O participante da pesquisa que vier a sofrer qualquer tipo de dano resultante de sua participação na pesquisa, previsto ou não no Registro de Consentimento Livre e Esclarecido, tem direito a assistência e a buscar indenização.”. Ademais, ressalta-se que não vai haver nenhuma forma de ressarcimento ao pesquisado, já que a sua participação na pesquisa não vai gerar nenhum custo.

Agradecemos a sua Participação



Augusta Pelinski Raiher

(Pesquisadora responsável – Universidade Estadual de Ponta Grossa)

Email: apraiher@uepg.br Celular: (42)991231515

RELATÓRIO FINAL DE PESQUISA

Augusta Pelinski Rahier
Edina Schimanski
Franciely Ribeiro dos Santos
Karol Dutra Szul
Mirna Medeiros
Reidy Rolim de Moura
Sandra Maria Scheffer

ORGANIZADORAS

(IN)SEGURANÇA ALIMENTAR

Associação de Recicladores de
Ponta Grossa

UEPG
2018

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
NÚCLEO QUESTÃO AMBIENTAL, GÊNERO E CONDIÇÃO DE POBREZA

Relatório final de pesquisa

(IN)SEGURANÇA ALIMENTAR
ASSOCIAÇÃO DE RECICLADORES DE PONTA GROSSA

PONTA GROSSA
2018

COORDENADORAS

Augusta Pelinski Rahier
Edina Schimanski
Franciely Ribeiro dos Santos
Karol Dutra Szul
Mirna Medeiros
Reidy Rolim de Moura
Sandra Maria Scheffer

Relatório final de pesquisa

(IN)SEGURANÇA ALIMENTAR ASSOCIAÇÃO DE RECICLADORES DE PONTA GROSSA

Relatório final de pesquisa, apresentado para fins de divulgação das informações coletadas. Pesquisa gerada pelo Grupo de Pesquisa Questão Ambiental, Gênero e Condição de Pobreza, do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas.

PONTA GROSSA
2018

Ficha Catalográfica Elaborada pelo Setor Tratamento da Informação BICEN/UEPG

U58	Universidade Estadual de Ponta Grossa Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais Aplicadas. (In) segurança alimentar associação de recicladores de Ponta Grossa. Ponta Grossa, 2018. 48p. Relatório final de pesquisa, gerada pelo Grupo de Pesquisa Questão Ambiental, Gênero e Condição de Pobreza, do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas. 1. Catadores. 2. Material reciclável. 3. Insegurança alimentar. I. T. CDD : 614.593.9
-----	--

COORDENADORAS

Augusta Pelinski Rahier
Edina Schimanski
Franciely Ribeiro dos Santos
Karol Dutra Szul
Mirna Medeiros
Reidy Rolim de Moura
Sandra Maria Scheffer

PARTICIPANTES

Barbara Kruse
Camila Sopko
Carlos Gustavo Cordeiro de Andrade Junior
Carolina Soares dos Santos
Isabela Lourenço de Jesus
Fernanda Pimentel
Gisele Cristina Oliveira
Josiane Galvão
Luana Billerbeck
Luana Deczka
Luciane Navarro
Lucimara Nabozny
Marli Mendes de Freitas
Sherryl Cristina
Silvana Moreira
Tainara Tatiane de Paula
Thais Cristina Santos
Valéria Mariano

AGRADECIMENTOS

Aos associados da ACAMARUVA, ACAMARO, ACAMARU e ARREP, sujeitos que colaboraram e tornaram essa pesquisa uma possível.

À Prefeitura Municipal de Ponta Grossa, em especial a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, por contribuir no contato e organização da logística de aplicação da pesquisa.

Aos integrantes do Grupo de Pesquisa Questão Ambiental, Gênero e Condição de Pobreza, do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas que contribuíram para que esta pesquisa fosse realizada, desde a discussão do projeto de pesquisa até a confecção deste relatório.

RESUMO

Esta pesquisa buscou apreender os padrões de segurança alimentar dos catadores de materiais recicláveis organizados em associações no município de Ponta Grossa, Paraná. A construção e o desenvolvimento da pesquisa deram-se no Grupo de Pesquisa “Questão Ambiental, Gênero e Condição de Pobreza” no ano de 2017. Este vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicada da Universidade Estadual de Ponta Grossa, Paraná. Foram quatro as associações envolvidas: ACAMARUVA, ACAMAU, ACAMARO e ARREP. Contou com 70 participantes, entre homens e mulheres, todos maiores de 18 anos. De caráter quati-qualitativo, adotou-se como instrumento de coleta de informações a aplicação de questionário semiestruturado, constituído de dados censitários, mobilidade urbana, acesso às infraestruturas urbanas e informações referente à alimentação de cada domicílio, usando a metodologia da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar – EBIA - do IBGE. As questões referentes ao EBIA auxiliaram na identificação do nível de insegurança alimentar: leve, moderado e grave. Entre os resultados destacam-se questões de gênero, pois 74,3% das associadas são mulheres e 25,7% homens. Destes 71,4% possuem Ensino Fundamental incompleto, com 5 a 8 anos de estudo, representados por 42,9% participantes. Quanto a renda (média semanal), 65,8% dos associados recebe entre R\$ 110,00 e R\$ 200,00. Dados que culminaram em um elevado índice de insegurança alimentar - IA -, abrangendo 84,3% dos domicílios. A vulnerabilidade desses sujeitos e de suas famílias ressaltam a necessidade de criação de políticas públicas que venham ao encontro das necessidades desses sujeitos.

Palavras-chave: catadores; material reciclável, insegurança alimentar.

ABSTRACT

This research aim at understanding the food safety standards of the recyclable material collectors organized in associations in the city of Ponta Grossa, Paraná. The construction and development of the research was carried out in the Research Group 'Environmental Matter, Gender and Condition of Poverty' in 2017. The research group is linked to the Postgraduate Program in Applied Social Sciences of the Ponta Grossa State University, Paraná. There were four associations of recyclable material collectors researched: ACAMARUVA, ACAMAU, ACAMARO and ARREP with 70 participants in whole, between men and women, all over 18 years. It was developed a semi structured questionnaire, consisting of census data, urban mobility, access to urban infrastructures and information on the food supply of each participant, using the methodology of the Brazilian Scale of Insecurity Food - EBIA - from IBGE. The issues related to EBIA helped to identify the level of food insecurity: mild, moderate and severe. Among the results, gender issues are highlighted, since 74.3% of the participants are women and 25.7% are men. Of these 71.4% have incomplete Elementary School, with 5 to 8 years of study, represented by 42.9% participants. As for income (weekly average), 65.8% of the participants use to receive between R \$ 110.00 and R \$ 200.00 Brazilian reais. These data show a high index of food insecurity - IA -, covering 84.3% of the participants. The vulnerability of these individuals and their families emphasizes the need to create public policies to improve these people social conditions.

Palavras-chave: collectors; recyclable material, food safety.

LISTAS DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	- Localização das Associações de Reciclagem na área urbana de Ponta Grossa - 2017.....	13
Figura 2	- Deslocamento intraurbano dos associados em relação a Associação	27
Figura 3	- Nuvem de palavras.....	35
Figura 4	- Análise de similitude.....	36
Gráfico 1	- (In)segurança alimentar - Associação dos recicladores – Ponta Grossa - 2017.....	30
Gráfico 2	- Percentual de domicílios com e sem crianças em cada categoria da (In)segurança alimentar - Associação dos recicladores – Ponta Grossa – 2017.....	31
Gráfico 3	- Percentual de domicílios por categoria de (In)segurança alimentar e por Associação dos recicladores – Ponta Grossa – 2017.....	32
Quadro 1	- Questionário da EBIA.....	15

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	- Entrevistados por Associação de Reciclagem, Ponta Grossa - 2017	15
Tabela 2	- Pontuação para classificação dos domicílios nas categorias de segurança alimentar.....	16
Tabela 3	- Características individuais – Associação dos recicladores – Ponta Grossa – 2017.....	19
Tabela 4	- Tempo de associação considerando cada faixa etária - Associação dos Recicladores – Ponta Grossa – 2017 (em percentual).....	20
Tabela 5	- Percentual de associados em cada nível de escolaridade – Gênero – Associação dos recicladores - Ponta Grossa – 2017.....	21
Tabela 6	- Características Habitacionais – Associação dos recicladores – Ponta Grossa – 2017.....	21
Tabela 7	- Dados acerca da assistência social - Associação dos recicladores – Ponta Grossa – 2017.....	22
Tabela 8	- Dados acerca da reciclagem/associação e renda - Associação dos recicladores – Ponta Grossa – 2017.....	23
Tabela 9	- Dados acerca renda de cada Associação dos recicladores – Ponta Grossa – 2017.....	26
Tabela 10	- Estatística descritiva acerca da Distância (em minutos) da residência até a associação dos recicladores – Ponta Grossa – 2017.....	28
Tabela 11	- Percentual de domicílios por categoria de (In) segurança alimentar e por Associação dos recicladores – Ponta Grossa, 2017.....	32
Tabela 12	- Coeficientes e Razão de riscos relativos da regressão Logit - Ponta Grossa – 2017.....	33

LISTA DE SIGLAS

ACAMARO	Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis do bairro de Oficinas
ACAMARU	Associação dos Catadores de Materiais recicláveis da Nova Rússia
ACAMARUVA	Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis do bairro de Uvaranas
ARREP	Associação dos Recicladores Rei do Pet
CONTRAPON	Cooperativa dos Trabalhadores de Ponta Grossa
CRAS	Centros de Referência de Assistência Social
EBIA	Escala Brasileira de Insegurança Alimentar
EF	Ensino Fundamental
EM	Ensino Médio
IA	Insegurança alimentar
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IESOL	Incubadora de Empreendimentos Solidários
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
PMPG	Prefeitura Municipal de Ponta Grossa
TUCLI	Trabalhadores Unidos Cidade Limpa

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	10
2	METODOLOGIA.....	14
3	ANÁLISE DOS DADOS.....	18
3.1	CARACTERÍSTICA DOS ASSOCIADOS.....	18
3.2	TRABALHO E RENDA DOS ASSOCIADOS.....	22
3.3	MENSURAÇÃO E OS DETERMINANTES DA (IN)SEGURANÇA ALIMENTAR DOS ASSOCIADOS.....	29
3.4	ANÁLISE QUALITATIVA: O QUE É COMER BEM?.....	34
4.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	37
	Referências.....	39
	Apêndice A - Questionário aplicado.....	42
	Apêndice B - Termos de Consentimento Livre e Esclarecido Instituição.....	46
	Apêndice C - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – Associados.....	48

1 INTRODUÇÃO

A Segurança Alimentar e Nutricional consiste na realização do direito de ter acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais. Quando indivíduos não têm disponibilidade, acesso ou utilização adequada dos alimentos, eles se encontram em insegurança alimentar (IA), que pode atingir de maneira diferenciada diversos grupos sociais (BÓGUS; COSTA, 2012). O principal determinante da IA é a pobreza, a qual inibe o acesso regular a uma alimentação adequada, originando fenômenos como a fome e a desnutrição (MALUF et al., 1996).

A consequência direta da IA está na exposição a doenças, comprometimento do bem-estar dos indivíduos com implicações no seu trabalho que afetam a sua renda, e, por conseguinte, o seu nível de consumo. Cria-se assim, um processo circular, em que, ao mesmo tempo que a fome é causada pela miséria, ela intensifica a miséria seguinte. Se esse processo não é rompido, amplia-se a insegurança alimentar ao longo do tempo, gerando efeitos negativos individuais e para a sociedade como um todo.

No trabalho realizado pelo Ipea (2013), evidenciou-se a vulnerabilidade dos catadores de material reciclável do Brasil, apresentando um rendimento médio mensal de R\$571,56, bem abaixo da média nacional de R\$ 767,02 – DATASUS (2017). Indicadores, como o de analfabetismo, ratificam essa vulnerabilidade, apresentando um percentual de 20,5% de analfabetismo para os catadores e catadoras contra 9,4% da população total do país. Portanto, tem-se uma fragilidade social nesse grupo, que pode conduzi-lo a um nível de insegurança alimentar elevado, desencadeando um processo cumulativo negativo da pobreza, vulnerabilizando-os socialmente.

Destaca-se a posição chave dos catadores de material reciclável na gestão de resíduos sólidos no país. Suas contribuições estão no retorno de diferentes materiais ao ciclo produtivo. Evitar que diversos materiais sejam destinados a aterros sanitários ou lixões, além da economia de energia e de matéria-prima (GOUVEIA, 2012). São eles os responsáveis pela maior parte do processo de coleta seletiva. Processe esse que envolve a coleta dos materiais nas residências, limpeza e classificação, conforme suas características físicas. Por fim, direcionam estes materiais à cooperativas, depósitos e centros de reciclagem (CARVALHO, 2013).

Diante do exposto, destaca-se a Lei nº 12.305/2010 que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), definições que procederam a regulamentação

desta questão em suas esferas de atuação nos municípios. Segundo a Lei nº 12.305/2010 “as diretrizes relativas à gestão integrada e ao gerenciamento de resíduos sólidos, incluídos os perigosos, às responsabilidades dos geradores e do poder público e aos instrumentos econômicos aplicáveis.”.

No município de Ponta Grossa, Paraná, as associações encontra-se organizadas desde 2005, no entanto, somente em 2016, com a Lei nº 12.657, foram instituídas as “diretrizes para a implementação da política municipal de gestão dos resíduos sólidos urbanos, com prioridade para a coleta seletiva e estabelece instrumentos e parâmetros para a criação de programa de geração de renda mínima e inclusão social dos catadores de materiais recicláveis - "pró-catador", no âmbito do município”.

A Lei nº 12.657, municipal, visa garantir a geração de renda mínima e inclusão social. Entre seus objetivos gerais está o assessoramento do desenvolvimento organizacional dos catadores de lixo reciclável, auxiliando-os na busca por melhorias na qualidade de vida. Comprometendo-se com a conscientização da população local sobre a importância de implantar na cidade um programa de geração de renda mínima e inclusão social dos catadores de materiais recicláveis.

Para Moura e Santos (2013)¹ foi a intervenção do Ministério Público, que ordenou a saída dos chamados “garimpeiros” dos aterros. A partir de intervenções policiais e de funcionários da Prefeitura Municipal de Ponta Grossa - PMPG, que muitos homens e mulheres foram retirados dos aterros. Ação que permitiu os reunir com o objetivo de criar a *Cooperativa dos Trabalhadores de Ponta Grossa - CONTRAPON*, em 1999. Em 2001, nasceu a *Trabalhadores Unidos Cidade Limpa - TUCLI*², que contou com 25 pessoas na época.

De acordo com dados de Moura e Santos (2013), diversos foram os motivos que levaram ao enfraquecimento das cooperativas. Afim de evitar o encerramento das atividades da Cooperativa dos Trabalhadores de Ponta Grossa e a Cooperativa Trabalhadores Unidos Cidade Limpa, ambas se uniram, permanecendo a COTRAPON. Porém, contratempos levaram a perda a legitimidade da cooperativa. Após diversas tentativas do poder público municipal de reergue-la, não se obteve sucesso. O que resultou em uma discussão entre seus membros com o objetivo de firmar novos rumos. Decidiu-se formar uma nova entidade, em um novo formato, agora no de associação. Em 2005 dá-se início a primeira Associação de Catadores de material reciclável de Ponta Grossa,

¹ Dados provenientes de Relatório de pesquisa de iniciação científica.

² A TUCLI foi criada devido ao fato de que os coletores voltaram a trabalhar nos aterros sem permissão.

denominada ACAMAR, localizada no bairro de Uvaranas. Muitos dos seus integrantes oriundos da antiga COTRAPON. Extinta em 2016, a ACAMAR, teve seus trabalhadores, associados, realocados nas demais associações existentes no município.

Atualmente, Ponta Grossa conta com quatro Associações de Reciclagem, são elas: ACAMARO - Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis do bairro de Oficinas; ACAMARUVA - Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis do bairro de Uvaranas; ACAMARU - Associação dos Catadores de Materiais recicláveis da Nova Rússia, organizadas em 2006. Já a ARREP - Associação dos Recicladores Rei do Pet, organizada em 2011, localiza-se no bairro Chapada. Os materiais processados por estas associações são oriundos de coletas realizadas pelos associados e da parceria com a PMPG, por intermédio do Programa Feira Verde, que recolhe os materiais sólidos reciclável em troca de alimentos, hortifrutigranjeiros. Conta também com os Pontos de Entrega Voluntária (PEV's), e coletas específicas localizadas em organizações públicas e privadas do município.

A organização da ARREP, 2011, está relacionada à mobilização de um grupo de catadores que contou com apoio do CRAS³ Santa Luzia para entrar em contato com a IESOL - Incubadora de Empreendimentos Solidários em 2010. A IESOL é um programa permanente de extensão da Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG. A mobilização teve como objetivo buscar apoio para a organização de uma associação ou cooperativa. Esses trabalhadores reivindicavam melhores condições de trabalho e renda. Expostos aos riscos das ruas, às condições climáticas (calor, chuva e frio) e à baixa remuneração, com uma média de R\$ 10,00 por semana.

Após algumas reuniões de trabalho entre o grupo interessado⁴, o CRAS Santa Luzia e o IESOL, questões sobre o que seria uma associação foram esclarecidas. Após a sua fundação em 2011, a ARREP foi introduzida nos princípios da Economia Solidária⁵, afim de organizar um estatuto e obter formação para o enfrentamento de problemas que poderiam acometer a equipe. Paralelamente, as equipes da IESOL, do CRAS e os líderes da associação iniciaram uma articulação com a PMPG para inserir a ARREP na logística

³ Centros de Referência de Assistência Social

⁴ Cadastrados na época no CRAS como “carrinheiros”.

⁵ A Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego (Senaes/MTE) foi criada EM 2003 e também começou a atuar com as cooperativas e associações de catadores, fomentando bastante o apoio a estes trabalhadores. A SENAES apoiava essas iniciativas produtivas de forma pontual por meio de projetos no âmbito de ações governamentais os quais eram submetidos no que tratavam de diversas temáticas, e não apenas de catadores de materiais recicláveis.

de entrega e venda do material reciclável e a obtenção de um barracão para o exercício da função, assim como, com as outras associações que já estavam em funcionamento no município. Firmado o convênio para a obtenção de um barracão entre a PMPG, a UEPG, intermédio IESOL, e a ARREP os trabalhos foram iniciados.

A Figura 1 apresenta a localização das quatro associações na área que destaca o perímetro urbana do município.

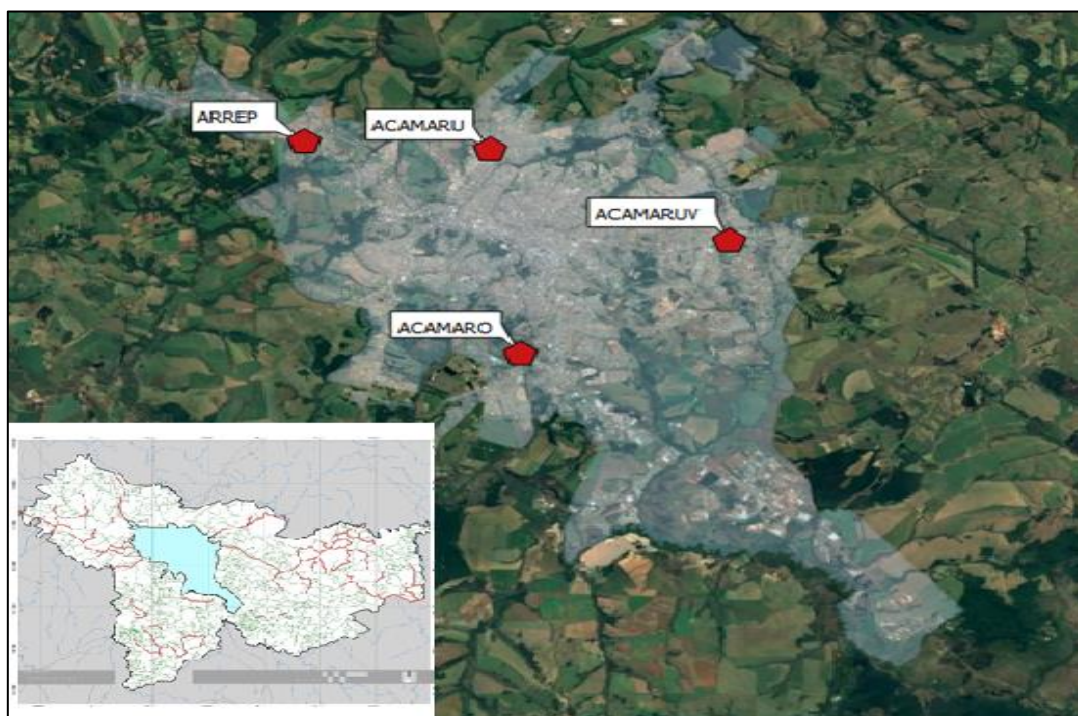


Figura 1 – Localização das Associações de Reciclagem na área urbana de Ponta Grossa - 2017

Fonte: Plano Diretor Municipal 2006 – QGIS com base Google Earth

Ao destacarmos o histórico da organização das atuais associações buscou-se deixar claro o vínculo da IESOL com a ARREP. Aspecto que permite compreender as diferenças de renda, (in)segurança alimentar, dentre outros dados encontrados na pesquisa. Sem desconsiderar que a IESOL incubava grupos de geração de trabalho e renda que também se encontram em vulnerabilidade social. Inclusão esta que também deve ser estendida às famílias de catadores que se encontram em situação de vulnerabilidade social. Mediante o respaldo da Lei nº 12.657, que visa garantir a geração de renda mínima e inclusão social.

A garantia desses direitos está no fato de que nas associações trabalha-se com famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade social. Justificativa fundamentada na análise acerca da situação socioeconômica e da (in)segurança alimentar desses catadores (as) associados. Nesse sentido, o objetivo desse relatório é caracterizar

esses trabalhadores em termos de renda, escolaridade, habitação, dentre outros elementos sociais, mensurando também o nível de sua segurança alimentar. Por fim, busca-se identificar os fatores que podem minimizar essa insegurança.

Para isso, na seção seguinte é apresentada a metodologia, seguida dos resultados e das considerações finais.

2 METODOLOGIA

Esta pesquisa apresenta caráter quanti-qualitativo. Seu perfil quantitativo estatístico está na mensuração das informações. Já o aspecto qualitativo está na compreensão da realidade, seus problemas e possibilidades de mudança (SANDÍN ESTEBAN, 2010). As informações foram coletadas nas quatro associações de reciclagem presentes no município: ACAMARO, ACAMARUVA, ACAMARU E ARREP, no segundo semestre de 2017. O instrumento de pesquisa utilizado foi questionário semiestruturado, Apêndice A.

A construção do questionário deu-se durante as atividades realizadas no Grupo de Pesquisa Questão Ambiental, Gênero e Condição de Pobreza durante o ano de 2017. Grupo que conta com a participação de docentes do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas e de cursos de Graduação (Serviço Social, Economia e Turismo), além de servidores interessados pela temática. Também contou com alunos da Pós-Graduação (mestrado e doutorado) e da Graduação, de cursos como: serviço social, direito, educação física, jornalismo, história e geografia. No primeiro semestre trabalhou-se na pesquisa, leituras e discussão de textos sobre (in)segurança alimentar e trabalhadores de baixa renda, entre eles, catadores, associados ou não. Em concomitância com a construção do projeto, questionário e com o comitê de ética.

Com o projeto devidamente aprovado pelo comitê de ética, registrado pelo CAAE – 71141317.8.0000.5689, a pesquisa de campo iniciou no segundo semestre de 2017. Os membros do grupo de pesquisa deslocaram-se até as associações de catadores com dia e horários agendados. Este cuidado está no fato de não atrapalhar suas atividades, já que a renda é calculada por produtividade.

Quanto ao seu caráter ético, a pesquisa contou com consentimento duplo. Para isso utilizou-se dois Termos de Consentimento Livre e Esclarecido - TLCE, um destinado à instituição, Apêndice B, e o outro ao sujeito investigado, Apêndice C. Destacamos que os questionários utilizados nesta análise são, apenas, aqueles que tiveram o consentimento

dos investigados. A pesquisa contou com a participação de 70 associados, conforme demonstra a Tabela 1.

Tabela 1 - Entrevistados por Associação de Reciclagem, Ponta Grossa - 2017

Associações	Freq.	%
ARREP	16	22,9
ACAMARUVA	26	37,1
ACAMARU	13	18,6
ACAMARO	15	21,4

Fonte: Os autores, 2017.

Como parte dessas informações, mensurou-se a (in)segurança alimentar a partir da metodologia da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar -EBIA, elaborada pelo IBGE, com base em quinze perguntas fechadas. As questões foram aplicadas de forma individual. A cada uma das questões os associados deveriam responder sim ou não, com referência aos três últimos meses. A partir de tais questões, Quadro 1, permitiu-se identificar a insuficiências alimentar em seus diversos níveis de intensidade.

1	Os moradores deste domicílio tiveram a preocupação de que a comida acabasse antes que tivessem dinheiro para comprar ou receber mais comida?
2	Os alimentos acabaram antes que os moradores deste domicílio tivessem dinheiro para comprar mais comida?
3	Os moradores desse domicílio ficaram sem dinheiro para ter uma alimentação saudável e variada?
4	Os moradores deste domicílio comeram apenas alguns poucos tipos de alimentos que ainda que ainda tinham, porque o dinheiro acabou?
5	Algum morador de 18 anos ou mais de idade deixou de fazer alguma refeição porque não havia dinheiro para comprar comida?
6	Algum morador de 18 anos ou mais de idade comeu menos do que achou que devia, porque não havia dinheiro para comprar comida?
7	Algum morador de 18 anos ou mais de idade sentiu fome, mas não comeu, porque não tinha dinheiro para comprar comida?
8	Algum morador de 18 anos de idade ou mais perdeu peso, porque não comeu quantidade suficiente de comida, porque não tinha dinheiro para comprar comida?
9	Algum morador de 18 anos ou mais de idade ficou um dia inteiro sem comer ou, teve apenas uma refeição ao dia, porque não tinha dinheiro para comprar a comida?
10	Os moradores com menos de 18 anos de idade não puderam ter uma alimentação saudável e variada, porque não havia dinheiro para comprar comida?
11	Os moradores menores de 18 anos de idade comeram apenas alguns poucos tipos de alimentos que ainda havia neste domicílio, porque o dinheiro acabou?
12	Algum morador com menos de 18 anos de idade comeu menos do que você achou que devia porque não havia dinheiro para comprar a comida?
13	Foi diminuída a quantidade de alimentos das refeições de algum morador com menos de 18 anos de idade, porque não havia dinheiro suficiente para comprar a comida?
14	Algum morador com menos de 18 anos de idade deixou de fazer alguma refeição, porque não havia dinheiro para comprar a comida?
15	Algum morador com menos de 18 anos de idade sentiu fome, mas não comeu porque não havia dinheiro para comprar mais comida?

Quadro 1 - Questionário da EBIA

Fonte: IBGE

Para isso considerou-se três categorias de insegurança alimentar: a) Insegurança Alimentar Leve (IA leve), quando existe preocupação ou incerteza quanto a disponibilidade de alimentos no futuro em quantidade e qualidade adequadas; b) Insegurança Moderada (IA moderada), quando há redução quantitativa de alimentos e/ou ruptura nos padrões de alimentação resultante da falta de alimentos entre os adultos e; c) a Insegurança Alimentar Grave (IA grave), onde há redução quantitativa de alimentos e/ou ruptura nos padrões de alimentação resultante da falta de alimentos entre adultos e/ou crianças, e/ou privação de alimentos, fome⁶.

A segurança alimentar ocorre quando há acesso regular e permanente a alimentos de qualidade e em quantidade suficiente, e sem incerteza quanto sofrer restrição no futuro próximo (BÓGUS; COSTA, 2012). Após a tabulação das respostas dadas (sim ou não), a cada uma das definições, atribuiu-se uma pontuação a cada família de catador, referente ao número de respostas afirmativas às perguntas da escala. A faixa etária dos residentes em cada um dos lares foi um determinante para a aplicação das questões. Em famílias em que todos os moradores apresentaram mais de dezoito anos foram aplicadas as questões de um a nove (1 a 9). Enquanto nas famílias que apresentaram pelo menos um morador com menos de dezoito anos foram exploradas todas as questões, de um a quinze (1 a 15). Na Tabela 2 é possível visualizar os valores e os níveis de segurança/insegurança alimentar conforme a metodologia EBIA.

Tabela 2 - Pontuação para classificação dos domicílios nas categorias de segurança alimentar

CATEGORIAS	NÚMERO DE PONTOS	
	Famílias com menores de 18 anos	Famílias sem menores de 18 anos
Segurança Alimentar	0	0
Insegurança Alimentar leve	1 a 5	1 a 3
Insegurança Alimentar Moderada	6 a 11	4 a 6
Insegurança Alimentar Grave	12 a 15	7 a 8

Fonte: IBGE

De maneira geral, os dados foram separados entre as famílias inseridas na condição de segurança alimentar *versus* as que estão na insegurança alimentar. Na sequência, analisou-se as diferenças entre esses dois grupos considerando as quatro

⁶ Essa classificação é a mesma aplicada pelo IBGE.

associações. Por fim, utilizou-se a econometria (modelo Logit) para identificar a probabilidade de uma família se inserir na insegurança alimentar, dada as suas características.

O modelo *Logit* estima a probabilidade de ocorrência de determinado evento (neste caso, estar na insegurança alimentar), dado um conjunto de explicativas variáveis. Com os resultados obtidos em (1)⁷ se definem os fatores potenciais da inserção de um domicílio na insegurança alimentar.⁸

$$\ln\left(\frac{p}{1-p}\right) = b_0 + b_1\text{Crianças} + b_2\text{Gênero} + b_3\text{Estatocivil} + b_4\text{Raça} + b_5\text{Anosdeestudo} \quad (1) \\ + b_6\text{rendamensal} + b_7\text{Outrasrendas} + b_8\text{PrevidenciaPensoes} \\ + b_9\text{Programassociais} + e$$

Em que: **p** é a probabilidade de se inserir na insegurança alimentar e **1-p** é a possibilidade de não estar ou se inserir na IA; **Crianças** refere-se a *dummy* igual 1 se o domicílio tem e zero caso contrário; **Gênero**: 1 para feminino e zero para masculino; **Estatocivil** igual 1 para solteiro/divorciado/viúvo e zero caso contrário; **Raça** igual a 1 para não branco e zero caso contrário; **Outrasrendas** igual a 1 se tem e zero caso contrário; **PrevidênciaPensoes** igual 1 se tem e zero caso contrário; **Programassociais** igual a 1 se participa de algum e zero caso contrário.

As questões que envolveram os dados censitários e os socioeconômicos (benefícios sociais) foram analisados pelo software SPSS (*Statistical Package for Social Sciences* – Pacote Estatístico para as Ciências Sociais). Este software foi desenvolvido por Norman H. Nie, Hadlai Hull e Dale H. Bent. Com este software realizamos três tipos de análise: a estatística (frequência e porcentagem), cruzada (cruzamento de variáveis) e de correlação, em que é possível verificar a interdependência entre as variáveis (SAMPIERI et al., 2013; POCINHO; FIGUEIREDO, 2013).

Encerrou-se o questionário com a seguinte questão aberta: Para você comer bem é:. Com esta questão buscou-se compreender as representações que envolvem um ideal de alimentação, seus desejos e anseios. As perguntas abertas contribuíram para a coleta de informações mais amplas que envolvem o conhecimento de opiniões (SAMPIERI et

⁷ Estimação considerando **matriz** de covariância **robusta**

⁸Na análise quanto às chances de se estar na insegurança alimentar tomou-se o antilogaritmo do j-ésimo coeficiente angular, subtraindo o resultado de "um", multiplicando, por fim, por "cem". O resultado representa a variação percentual das chances em favor de um aumento de uma unidade no j-ésimo regressor (GUJARATI, 2006).

al., 2013, p. 268). Análises que contaram com a análise de conteúdo (BARDIN, 2012). Para Bardin (2012, p. 50) a “análise de conteúdo procura conhecer aquilo que está por trás das palavras sobre as quais se debruça. [...] é uma busca de outra realidade por meio das mensagens”.

Em conjunto à análise de conteúdo utilizou-se o software IRAMUTEQ (*Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires*), desenvolvido por Pierre Ratinaud (2009). Trata-se de um software gratuito, que “se ancora no software R e permite diferentes formas de análises estatísticas sobre corpus textuais e sobre tabelas de indivíduos por palavras” (CAMARGO; JUSTO, 2013, p.513). O IRAMUTEQ vários tipos de análises textuais, entre as quais utilizamos a análises de similitude e nuvem de palavras. Camargo e Justos (2013, p. 516) que a análise de similitude “se baseia na teoria dos grafos, possibilita identificar as coocorrências entre as palavras e seu resultado traz indicações da conexidade entre as palavras, auxiliando na identificação da estrutura de um corpus textual”. Já a nuvem de palavras “as agrupa e as organiza graficamente em função da sua frequência”. Apresenta uma análise lexical mais simples, porém com gráficos interessantes, pois evidenciam as palavras de maior frequência, ou seja, a “identificação das palavras-chave de um corpus”.

3 ANÁLISE DOS DADOS

Os resultados da pesquisa foram organizados em quatro subseções: na primeira tem-se as características individuais dos associados, com suas condições de moradia. Na sequência, tem-se os resultados relacionados com o trabalho dos associados, e, na terceira tem-se a mensuração e os determinantes da (in) segurança alimentar. E, por fim, as análises da questão aberta, que envolve a compreensão e os desejos do que é comer bem.

3.1 Características dos Associados

Na Tabela 3 tem-se algumas informações individuais, buscando caracterizar os associados. Primeiramente, as mulheres predominam na composição das associações (74,3%), característica bem distinta da encontrada para o Brasil (IPEA, 2013), em que as mulheres corresponderam à 31% dos catadores. Uma resposta para esta diferença centra-se no fato de que o campo de estudo se configura como uma particularidade em relação ao geral. Nesta pesquisa analisa-se as “associações” e não o universo total de catadores,

o qual incluiria trabalhadores individuais. Nesse caso, a presença masculina tenderia ser mais forte. Além disso, o próprio Ipea (2013) destaca que seus resultados podem estar subestimados, tendo em vista que muitas mulheres exercem outras atividades. Entre elas estão, o cuidado do lar e da família. Ao considerarem que a coleta de resíduos é apenas uma atividade complementar, não a citam como trabalho. Essas são as possíveis justificativas para os resultados contraditórios encontrados nessa pesquisa frente à nacional.

Tabela 3 - Características individuais – Associação dos recicladores – Ponta Grossa - 2017

Categorias	Variáveis	Freq.	%
Sexo	Masculino	18	25,7
	Feminino	52	74,3
Faixa etária	18 a 35 anos	25	35,7
	36 a 50 anos	30	42,9
	51 a 60 anos	11	15,7
	Mais de 60 anos	4	5,7
Estado Civil	Solteiro(a)	33	47,1
	Casado(a)	32	45,7
	Viúvo(a)	5	7,1
Raça	Sem resposta	2	2,9
	Branca	31	44,3
	Parda	28	40,0
	Negra	8	11,4
	Indígena	1	1,4
Escolaridade	EF incompleto	50	71,4
	EF completo	10	14,3
	EM incompleto	4	5,7
	EM completo	4	5,7
	Assina o nome	2	2,9
Anos de estudo	Sem resposta	8	11,4
	Não frequentou a escola	8	11,4
	Até 4 anos	20	28,6
	De 5 a 8 anos	30	42,9
	De 9 a 11 anos	4	5,7

Fonte: Os autores, 2017.

A escolaridade é outro dado relevante. Observa-se que mais de 70% dos associados possuem apenas o EF incompleto, com uma média de apenas 5 anos de estudos. Dados do IBGE (2010) apontaram que a população na faixa dos 25 anos de idade, ou mais, no Brasil, 35.9% possuíam o EM completo. O impacto da baixa escolaridade na vida desses trabalhadores está na limitação de oportunidades profissionais, bem como a sua inclusão social. Destaca-se que, diante dos dados apresentados a inclusão social, enquanto política pública, precisa voltar seus olhos para este grupo com ações dirigidas.

Que busquem melhorar essa formação, não as reduzindo na ampliação de oportunidades de trabalho individual, mas permitir novas possibilidades. Entre elas, o incremento de novas técnicas de gestão, que venham facilitar o trabalho dos associados.

A representação feminina nas associações traz à tona alguns elementos importantes a serem pensados em termos de política pública, especialmente no âmbito da saúde da mulher. No trabalho de Porto, *et al.* (2004), dentre outros problemas, identificou-se um elevado percentual de aborto (21,2%) entre as catadoras que trabalhavam grávidas no Rio de Janeiro. A insalubridade da atividade é um dos fatores que elevam a vulnerabilidade da mulher nesse ambiente de trabalho. Fato que precisa ser minimizado neste grupo, via Programa de Saúde Específico. Com isso visa-se inclui-las socialmente, garantindo-lhes o máximo de bem-estar possível.

No que se refere a idade dos associados, predominou a faixa etária entre 36 a 50 anos de idade, correspondendo ao observado na pesquisa nacional, de 40 anos. A faixa entre 18 a 35 anos também apresentou um percentual elevado de associados, com 35,7%. Compreende indivíduos jovens ou recém entrantes da faixa adulta. Ao tentar identificar elementos que justifiquem tais resultados, correlacionou-se a faixa etária com o tempo de associação, conforme a Tabela 4. Percebeu-se que para esse grupo, 18 a 35 anos, o tempo de associado é menor, com 60% apresentando menos de um ano de associação. A justificativa para este dado pode estar na crise econômica, concomitante com o período da realização das entrevistas. A participação nas associações pode ser considerada como uma alternativa de renda.

Tabela 4 - Tempo de associação considerando cada faixa etária - Associação dos Recicladores – Ponta Grossa – 2017 (em percentual)

IDADE	Tempo de Associação			
	<i>Até 1 anos</i>	<i>De 2 a 4 anos</i>	<i>De 5 a 10 anos</i>	<i>Mais e 10 anos</i>
18 a 35 anos	60	28	12	0
36 a 50 anos	27	17	33	23
51 a 60 anos	18	0	55	27
Mais de 60 anos	0	25	50	25

Fonte: Os autores, 2017.

Na Tabela 5, apresenta-se a análise cruzada entre as variáveis escolaridade e gênero. Percebe-se que as mulheres detêm uma formação educacional menor, concentrando 77% das associadas no EF incompleto. Esse resultado difere da média nacional, de 7,6 anos de estudo para os homens contra 8,0 anos para as mulheres. Novamente evidencia-se maior vulnerabilidade das mulheres presente nas associações, demanda que atenta para o aumento de ações públicas.

Tabela 5 - Percentual de associados em cada nível de escolaridade – Gênero – Associação dos recicladores - Ponta Grossa – 2017

ESCOLARIDADE	GÊNERO (%)	
	Masculino	Feminino
EF incompleto	55.6	76.9
EF completo	16.7	13.5
EM incompleto	16.7	1.9
EM completo	5.6	5.8
Assina o nome	5.6	1.9

Fonte: Os autores, 2017.

Afim de caracterizar as condições de bem-estar dos associados, mensurou-se alguns aspectos referentes à habitação dos mesmos. Observa-se na Tabela 6, que boa parte detém casa própria, situação que impacta sobre a minimização de custos mensais com aluguel. Quanto o acesso a água, 98,6% afirmaram tê-lo. No entanto, mais da metade dos associados não possuem forma de armazenamento de água, atrelada a uma quantidade de água insuficiente em 21,4% dos domicílios.

Tabela 6 - Características Habitacionais – Associação dos recicladores – Ponta Grossa - 2017

Categorias	Variáveis	Freq.	%
Acesso a água	Sim	69	98,6
	Não	1	1,4
Forma de acesso	Tratada	67	95,7
	Com a vizinha	3	4,3
Forma de armazenamento	Sanepar (água encanada)	42	60,0
	Caixa d' água	19	27,1
	Baldes Pet e outros utensílios	6	8,6
	Cedida (vizinhos)	3	4,3
Água suficiente para o dia	Sim	55	78,6
	Não	15	21,4
Moradia	Própria	52	74,3
	Alugada	8	11,4
	Cedida	10	14,3

Fonte: Os autores, 2017.

Por fim, tem-se na Tabela 7, os dados da assistência social. Observa-se na tabela abaixo uma controversa, embora haja uma nítida situação de carência nas famílias que participaram da pesquisa, 65,7% revelaram não receber o Bolsa Família. Realidade, esta, estendida a outros benefícios sociais.

Tabela 7 - Dados acerca da assistência social - Associação dos recicladores – Ponta Grossa - 2017

Categorias	Variáveis	Freq.	%
Bolsa Família	Sim	24	34,3
	Não	46	65,7
Valor do bolsa família	Não recebe	46	65,7
	De 50 a 100 reais	6	8,6
	De 110 a 160 reais	7	10,0
	De 165 a 200 reais	2	2,9
	Mais de 200 reais	4	5,7
	Mais de 300 reais	1	1,4
	Sem resposta	4	5,7
Benefício de Prestação Continuada (BPC)	Sim	2	2,9
	Não	68	97,1
Auxílio Alimento	Não	70	100,0
Projeto Social	Não	70	100,0
Leite para as crianças	Sim	7	10,0
	Não	63	90,0
Pastoral da criança	Sim	5	7,1
	Não	65	92,9
Luz Fraterna	Sim	14	20,0
	Não	56	80,0
Tarifa Social	Sim	8	11,4
	Não	62	88,6
Serviço de convivência	Não	70	100,0
Pastoral	Sim	6	8,6
	Não	64	91,4
CRAS	Sim	13	18,6
	Não	57	81,4
CAPS	Sim	1	1,4
	Não	69	98,6
CMEI	Sim	8	11,4
	Não	62	88,6
SOS	Sim	2	2,9
	Não	68	97,1
Outros	Sim	1	1,4
	Não	69	98,6
Total		70	100,0

Fonte: Os autores, 2017.

3.2 Trabalho e renda dos associados

Nessa parte da pesquisa, buscou-se analisar o histórico de trabalho dos associados com a reciclagem/associação e a renda do trabalho que é obtida. Observa-se, por meio dos dados da Tabela 8, que mais da metade dos associados trabalham com a reciclagem

a mais de cinco anos, chegando a 7% os que estão a mais de 20 anos, resultados que evidenciam ser uma atividade não temporária para a maioria dos associados.

Tabela 8 - Dados acerca da reciclagem/associação e renda - Associação dos recicladores – Ponta Grossa - 2017

Categorias	Variáveis	Freq.	%
Tempo que trabalho com reciclagem	Até 1 ano	19	27,1
	De 2 a 4 anos	12	17,1
	De 5 a 9 anos	20	28,6
	Mais de 10 anos	14	20,0
	Mais de 20 anos	5	7,1
Tempo que trabalha na associação	Até 1 anos	25	35,7
	De 2 a 4 anos	13	18,6
	De 5 a 10 anos	21	30,0
	Mais de 10 anos	11	15,7
Renda média (semanal)	Sem resposta	2	2,9
	Não sabe	3	4,3
	De 40 a 80 reais	6	8,6
	De 85 a 100 reais	8	11,4
	De 110 a 160 reais	23	32,9
	De 165 a 200 reais	23	32,9
	De 210 a 270 reais	5	7,1
Modo de locomoção	A pé	54	77,1
	Ônibus	6	8,6
	Bicicleta	6	8,6
	Carro	4	5,7
Tempo de locomoção	De 5 a 20 minutos	33	47,1
	De 25 a 40 minutos	21	30,0
	De 45 minutos a 1 hora	8	11,4
	Mais de 1 hora	8	11,4
Total		70	100,0

Fonte: Os autores, 2017.

Por isso, fortalecer essa atividade no município contribui no aprimoramento de suas técnicas e condições, além de problematizar junto a sociedade acerca da importância do tratamento e do descarte adequado dos resíduos sólidos. Algumas experiências bem-sucedidas, como é o caso da Associação de Recicladores de Porto Amazonas (ARPA) e do Centro de Triagem e Compostagem de Lixo de Tibagi (CTCT). Nesses casos observa-se a possibilidade de adaptar algumas ações bem-sucedidas com o objetivo de identificar elementos que melhorem as condições de trabalho dos associados. No caso da CTCT, há o desenvolvimento de um trabalho educativos quanto a correta separação do lixo. Nesse centro de triagem, cerca de 74% do lixo produzido é destinado à reciclagem ou a compostagem orgânica e serve como referência nacional para conscientização da correta destinação do material reciclado. Essas ações, ARPA e CTCT, contribuem para o

desenvolvimento sustentável, e ao mesmo tempo, proporcionam renda para os trabalhadores, com melhores condições de trabalho, fomentando o trabalho decente⁹ nessa atividade.

Contrapor o tempo de trabalho com a reciclagem *versus* o tempo de associado, este último é relativamente menor, com um percentual maior de associados com menos de um ano. O perfil desses sujeitos são o de jovens, tendo entre 18 e 35 anos, conforme destacado na Tabela 3. Por isso, estruturar a atividade se torna imprescindível para que esses trabalhadores tenham condições de vida e de trabalho digno, exercendo sua profissão da melhor maneira possível.

Cabe destacar que a composição das associações já foi um passo importante. Conforme destaca Gomes (2014), quando o catador está numa associação, ele dispõe de melhores condições de trabalho. Tem a sua disposição um local adequado para a separação, enfardamento e armazenamento do material. Além de ter facilidades tecnológicas de processamento, elementos que lhe garante maior volume e melhor preço de venda. O maior poder de barganha gera possibilidades de negociar diretamente com a indústria. Ademais, estando organizado, pode ter melhor capacidade de planejamento e divisão de trabalho. A especialização de cada associado em uma atividade do processo, propicia uma racionalização da força de trabalho disponível para as atividades, de acordo com as condições físicas e de tempo de cada indivíduo associado. Com isso há uma melhora das próprias condições de trabalho, com o uso de equipamentos de proteção, e condições sanitárias mais adequadas do que se teria se estivesse trabalhando isoladamente.

Esses e outros fatores tendem a induzir a uma maior produtividade *per capita* no empreendimento, gerando uma maior renda para cada associado. Além desses aspectos econômicos, a organização dos catadores permite uma troca de informações, de aprendizagem, de mobilização dos indivíduos, visando reivindicar direitos e serviços públicos. Portanto, a constituição das associações dos catadores de recicláveis em Ponta Grossa se apresenta com um elemento de fortalecimento para essa classe de trabalhadores.

⁹ Segundo OIT (2017, p.1) “O Trabalho Decente é o ponto de convergência dos quatro objetivos estratégicos da OIT: o respeito aos direitos no trabalho ... (i) liberdade sindical e reconhecimento efetivo do direito de negociação coletiva; (ii) eliminação de todas as formas de trabalho forçado; (iii) abolição efetiva do trabalho infantil; (iv) eliminação de todas as formas de discriminação em matéria de emprego e ocupação), a promoção do emprego produtivo e de qualidade, a extensão da proteção social e o fortalecimento do diálogo social”.

Ao se propor um modelo de organização por associação ou cooperativa, defende-se que este participe do movimento que luta pelo reconhecimento, melhoria e avanços nas condições de trabalho dos catadores de materiais recicláveis¹⁰. A atuação com catadores organizados, potencializam as ações de consolidação das associações de formas bem mais eficientes. Para isso devem levar em conta os benefícios econômicos de sua ampliação. Que envolvem a divisão justa e proporcional do trabalho realizado, especialmente nos princípios solidários, onde prevalece a auto-gestão, o respeito a diversidades e a democracia.

Sem organização, muitas famílias, especialmente, as crianças, ficam expostas em condições adversas para recolher o lixo e obter renda através dele. Passam a ser exploradas por aqueles chamados atravessadores. Além das empresas privadas e ou empreendedores individuais que atuam com a revenda de material reciclável. Tal situação destaca a contribuição das associações e ou cooperativas, como forma de organizar os catadore. Com isso passam a ganhar pela sua própria produção, sem ter seu trabalho explorado, além de ser uma forma de tirar as crianças desse mercado de trabalho. Por meio da organização dos trabalhadores da catação, o setor público também passa a prestar atenção nesse meio. Possibilita-se sua atuação na inserção de projetos sociais e ações em várias áreas (saúde, habitação, educação), promovendo melhor qualidade de vida para essas pessoas.

Diante do exposto, trabalhar com catadores organizados em associações ou cooperativas, incentivar a criação de mais associações pelas regiões da cidade, respeitando aspectos inclusive os aspectos de mobilidade, perpassa não só pela dimensão assistencial, mas também, ter o potencial de crescimento combinando os aspectos sociais, ambientais e econômicos. (SANT`ANA; MATELLO, 2016).

Conforme destacado pelo Ipea (2013, p.33), apesar das carências nos empreendimentos coletivos dos catadores de material reciclável, não se pode negar a importância desses empreendimentos. Especialmente na valorização do trabalho dos catadores, “[...] representando uma possibilidade real de organização produtiva, geração de renda e inclusão social de milhares de famílias envolvidas nesse tipo de trabalho”.

¹⁰ São vários os avanços ocorridos via movimento, especialmente se tratarmos do Movimento Nacional dos Catadores, mas um significativo foi o registro da atividade dos catadores no Código Brasileiro das Ocupações (CBO), que ocorreu ainda em 2002 que representou o reconhecimento formal da profissão aos trabalhadores da catação.

No que se refere à renda oriunda da reciclagem, a maioria dos associados ficou entre R\$ 110 e R\$ 200 semanais, com um valor médio igual a R\$ 152,70. Se considerar esse valor, a renda média mensal obtida estaria em torno de R\$ 610,00, valor bem menor do que o salário mínimo vigente, o qual correspondia à R\$ 937 em 2017. Na pesquisa feita pelo Ipea (2013), a renda média mensal obtida pelos catadores brasileiros era de R\$ 571,56, enquanto que o salário mínimo da época era de R\$ 510. Em âmbito nacional, tinha-se uma renda oriunda da reciclagem maior do que o salário mínimo, cenário diferente do que foi encontrado nas associações de Ponta Grossa.

Ademais, ao analisar cada associação, dados na Tabela 9, percebe-se uma heterogeneidade, com diferenças significativas de renda médias. A ACAMARUVA foi a que auferiu a maior renda média semanal (R\$ 194), valor 86% maior que a da ARREP (R\$92,6). Investigar as causas da diferença de renda dos associados em relação à renda nacional não deve ser o único foco. Investir esforços para elevar a renda de todas as associações deve partir de uma investigação interna.

Tabela 9 - Dados acerca renda de cada Associação dos recicladores – Ponta Grossa - 2017

ASSOCIAÇÃO	Renda média semanal por associado (R\$)		
	Média	Máximo	Mínimo
ARREP	92.6	137	45
ACAMARUVA	194.0	270	150
ACAMARU	171.9	205	100
ACAMARO	129.0	200	85

Fonte: Os autores, 2017.

Nesse sentido, é importante estudos *ex post* em que visam analisar a gestão de produção de cada associação. Com isso busca-se identificar os fatores que estão minimizando a renda desses associados. Entre eles, estão: os gargalos de logística, de produção, de tecnologia, de negociação, que podem ser aplicados, melhorando os resultados para os associados.

Da mesma forma, é preciso investigar, em futuras pesquisas, as características e trajetórias dos participantes de cada associação. Suas peculiaridades como o surgimento, a condução e o significados do trabalho. Sem esquecer das interferências do dia-a-dia da produção de cada associação, respeitando as suas particularidades, sem querer padronizar o trabalho dos mesmos nas regras formais do mercado de trabalho. No interior de cada associação, vamos encontrar pessoas que estão aquém das qualidades que o emprego formal exige. As quais apresentam defasagem escolar, problemas de saúde e organização

familiar, situações adversas interferem na produção. Contudo, o fato de serem aceitos nesse espaço, das associações, constitui-se em uma garantia de sobrevivência. A solidariedade existente no grupo, de “não mandar embora por não estar produzindo”, cria laços que ultrapassam os ganhos econômicos.

Um último elemento a ser discutido, presente na Tabela 7 refere-se ao tempo de locomoção. Os dados demonstram que a maioria dos associados se deslocam “a pé” até o seu local de trabalho, correspondendo a 77,1% dos associados. Dada essa condição, a proximidade das residências às associações se torna imprescindível para a geração de bem-estar para o trabalhador. Por isso, dispersar espacialmente as associações é estratégico tanto para a efetividade do trabalho como para melhorar as condições de vida dos associados. Os resultados demonstram que a atual distribuição está, em parte, condizente com o observado na média brasileira, considerando que, 63% dos brasileiros levam em torno 40 minutos para chegar até o trabalho, como apresenta a Pesquisa de Mobilidade Alelo (2017)¹¹. Já os associados levam em média 33 minutos para se deslocar de suas residências para as associações (Tabela 9). Com isso pode-se inferir que a atual distribuição das associações (Figura 2) está dentro do observado no Brasil, não onerando significativamente o trabalhador.

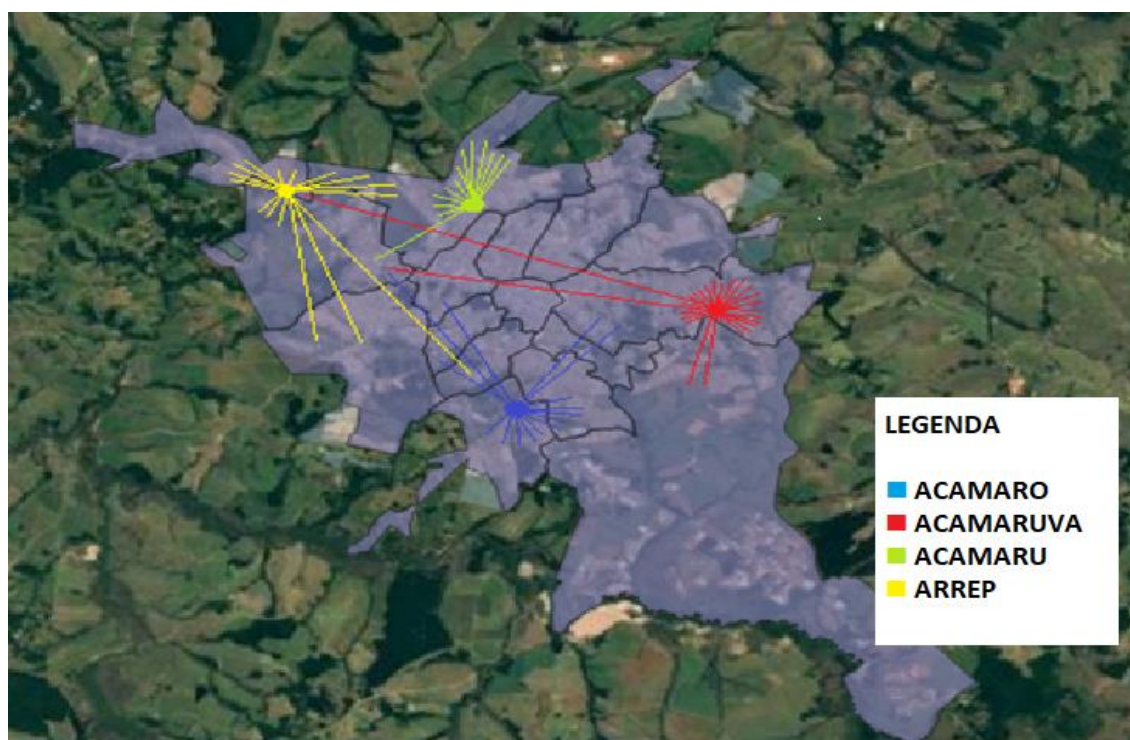


Figura 2 – Deslocamento intraurbano dos associados em relação a Associação
Fonte: Dados da pesquisa – elaborado no QGIS com base Google Earth

¹¹ Disponível em: <https://www.alelo.com.br/empresas/alelopesquisa/mobilidade> . Acesso em 13 de junho de 2018.

Na Tabela 10 é possível visualizar as diferenças existentes entre as associações. A ACAMURU é a associação que apresenta a melhor localização, com a menor média de distância e um percurso máximo de 40 minutos¹². Enquanto os associados da ACAMARO levam em média 43 minutos de deslocamento, com associados que gastam até duas horas para chegar ao seu trabalho.

Tabela 10 - Estatística descritiva acerca da Distância (em minutos) da residência até a associação dos recicladores – Ponta Grossa – 2017

ASSOCIAÇÃO	TEMPO		
	Média	Máximo	Mínimo
ARREP	36	100	10
ACAMARUVA	37	90	10
ACAMARU	13	40	5
ACAMARO	43	120	5
TOTAL	33	120	5

Fonte: Resultado da Pesquisa

Essas informações retratam a importância de relacionar o planejamento das instalações de futuras associações no município com o bem-estar dos trabalhadores envolvidos. Para isso seria interessante, em projetos futuros, identificar a localização dos catadores, em caso de ampliação ou instalação de futuras unidades¹³. Quanto as mulheres, maioria entre os associados, 74,3% (Tabela 3), a proximidade do trabalho com seu domicílio facilitaria sua inclusão na atividade, além de mitigar dificuldades por elas enfrentadas. Conforme ressalta Raiher (2016), a mudança da posição das mulheres na sociedade, nos últimos anos, intensificou a interdependência da sua vida profissional com a familiar. Sem gerar uma ruptura com a divisão sexual do trabalho, no âmbito doméstico, e da estrutura patriarcal das famílias. Isso, de alguma maneira, fortaleceu as desigualdades por ela sofrida, especialmente no que concerne ao mercado de trabalho.

¹² Tempo médio como indicado na amostragem nacional da Pesquisa Mobilidade Alelo.

¹³ Tem-se duas alternativas para essa identificação: o censo de 2010, que está defasado, mas que não se teria custos para se fazer uma nova pesquisa; ou a efetuação de uma pesquisa de campo, com dados amostrais para identificação dessa localização. Há ainda a possibilidade outra base de dados relevante para entender o universo da catação que é o Cadastro Único do governo federal (CadÚnico). Desde 2013, a atividade de catação passou a ser explicitamente contabilizada.

3.3 Mensuração e os determinantes da (in) segurança alimentar dos associados

Estar em insegurança alimentar (IA) significar ter a limitação ou a incerteza do acesso a alimentos adequados, em qualidade e quantidade suficientes. Suas consequências são inúmeras, como o desenvolvimento de doenças, a má formação corpórea, obstáculos fisiológicos ao trabalho, mortalidade infantil e materna, prejuízos no desenvolvimento físico e mental gerando baixo rendimento escolar, dentre outros fatores. Enfim, ter uma alimentação adequada apresenta-se como crucial para o melhoramento das condições de saúde, bem-estar e qualidade de vida (MINCER, 1950).

No caso dos catadores de materiais recicláveis, Ulbricht *et al*, (2012) pesquisaram 56 catadores no município de Piraquara - Pr, identificando que 33% estavam na insegurança alimentar. Entre os principais determinantes estavam: a carga horária de trabalho sem intervalo para a alimentação; a falta de local adequado para armazenamento dos alimentos e para realização das refeições; o ambiente sem higienização para consumo de alimentos; a falta de acesso aos alimentos, e a falta do acesso à renda devido à instabilidade de preços dos materiais recicláveis.

Esse e outros trabalhos como (CUNHA *et al*, 2003; HOGAN *et al*, 2000) apontam a vulnerabilidade socioeconômico existente nesse grupo, sinalizando para uma maior probabilidade de estarem na IA. No caso dos catadores associados de Ponta Grossa (Gráfico 1), apenas 16% estavam na segurança alimentar, com uma predominância da insegurança leve (43%), seguida da grave (24%) e da moderada 17%). Portanto, tem-se um problema social grave dentre os entrevistados, com prejuízos para o bem-estar da maioria.

A pesquisa com os associados do município de Ponta Grossa apresentou um percentual de 84% dos associados na insegurança alimentar¹⁴, conforme o Gráfico 1. Dado preocupante, especialmente por estar medindo condições mínimas de bem-estar. Em comparação com a população brasileira, em que 22,6% estavam na IA em 2013 (IBGE, 2014). Fato que reforça a prevalência da insegurança alimentar nas associações de Ponta Grossa, revelando um grave problema a ser trabalhado com ações públicas pontuais.

¹⁴ Destaca-se que é preciso ponderar os dados amostrados nesta pesquisa, dada a profundidade de algumas perguntas, as quais podem ter inibido as respostas de alguns associados.

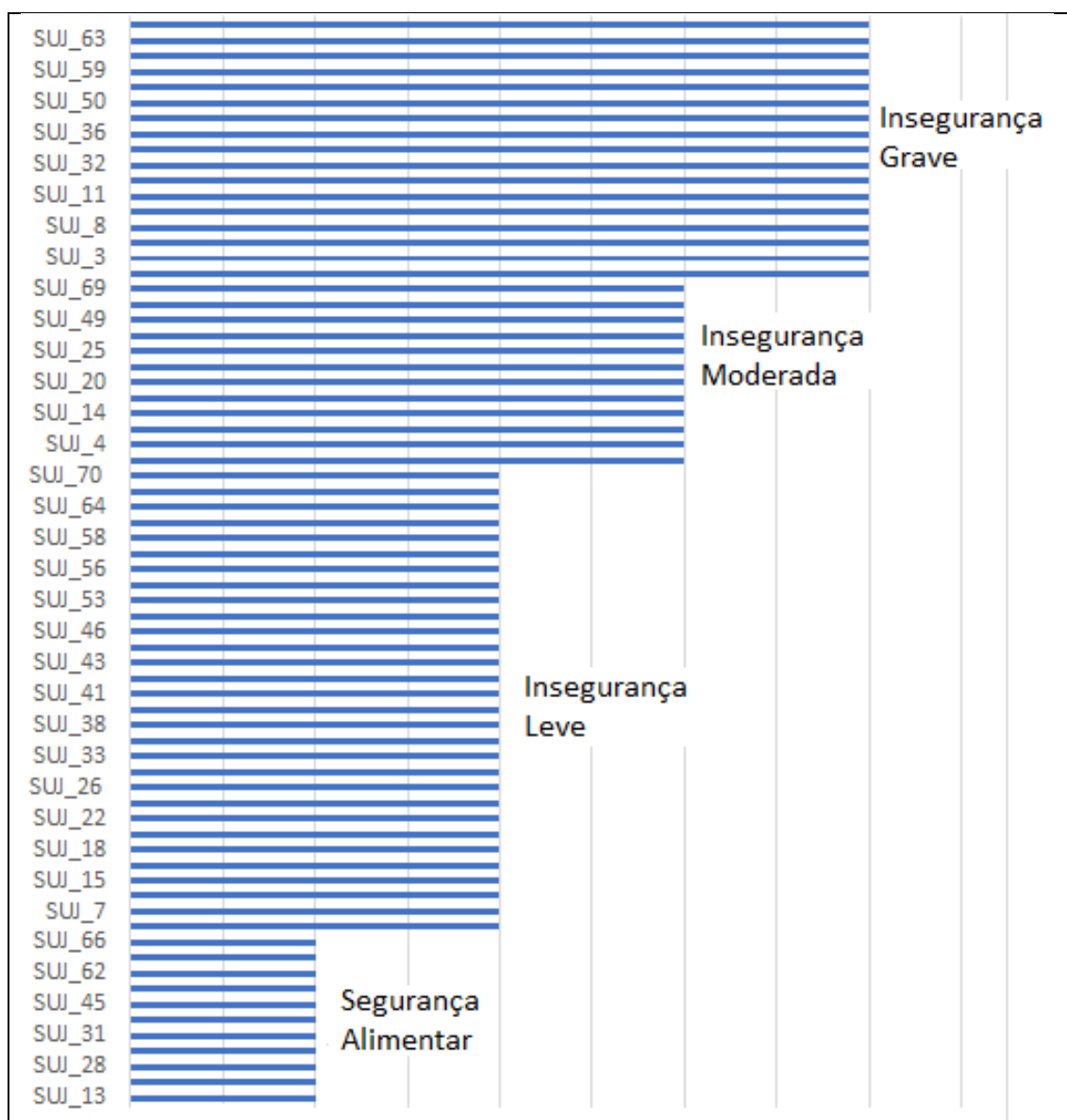


Gráfico 1 - (In)segurança alimentar - Associação dos recicladores – Ponta Grossa - 2017

Fonte: Resultado da Pesquisa

Outro agravante dessa situação é que 70% dos domicílios tinham crianças, e deste, apenas 14% estavam na segurança alimentar, Gráfico 2, chegando a quase 30% os domicílios que estavam na IA grave. Alguns autores, como Myrdal (1968), trabalham o conceito acerca do círculo vicioso da pobreza, em que a condição inicial tende a intensificar ainda mais a pobreza, ou a condição, subsequente. Nesse caso, com 71% dos domicílios, terem crianças e apresentarem insegurança alimentar, verifica-se um círculo vicioso e cumulativo. O não rompimento desse círculo implica em um processo de vulnerabilidade social que tende a afetar gerações seguintes.

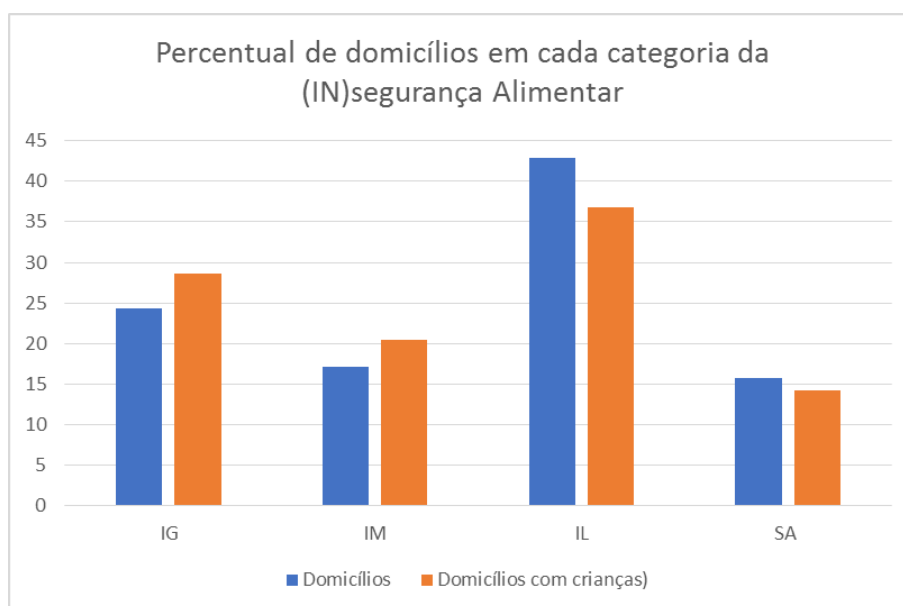


Gráfico 2 - Percentual de domicílios com e sem crianças em cada categoria da (In)segurança alimentar - Associação dos recicladores – Ponta Grossa - 2017

Fonte: Resultado da Pesquisa

Nota: IG é insegurança alimentar grave; IM é a moderada; IL é a leve; SA refere-se a segurança alimentar.

Uma análise entre as associações, a ACAMARO é a que detém o maior percentual de associados na segurança alimentar (20%), seguido pela ACAMARUVA e ACAMARU, ambas com 16% e, por último, ARREP, com 13%. No caso desta, 37% dos seus associados estavam na IA grave, contra 27% da ACAMARO, 23% da ACAMARU, e 15% da ACAMARUVA. Portanto, dentre as associações existentes, a ACAMARUVA apresentou-se, na média, com uma fragilidade menor, tendo um valor intermediário para o percentual de segurança alimentar e o menor da IA grave. A ACAMARO foi a que deteve o maior percentual de segurança alimentar, no entanto, teve um alto nível dos seus associados na IA grave, havendo uma heterogeneidade grande em âmbito interno. A ARREP foi a que apresentou os piores resultados. Com isso, a demanda de uma atenção especial em ações que forem efetivadas no combate da Insegurança Alimentar dos catadores.

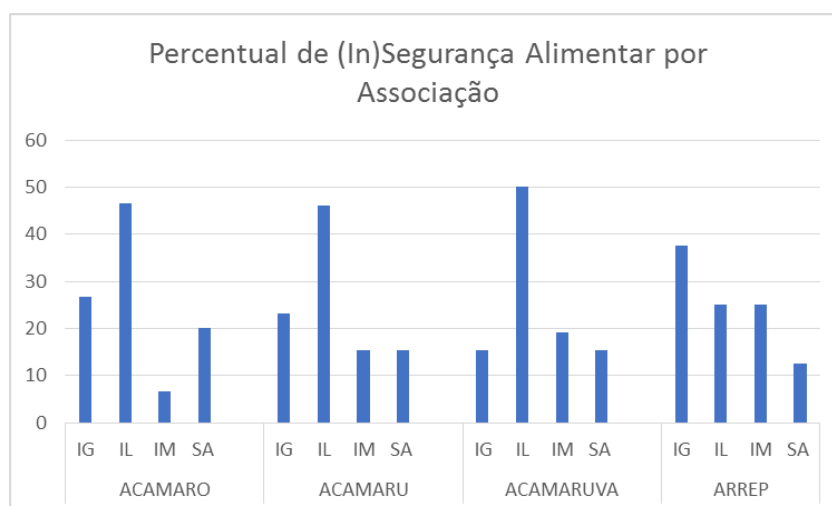


Gráfico 3 - Percentual de domicílios por categoria de (In)segurança alimentar e por Associação dos recicladores – Ponta Grossa - 2017

Fonte: Resultado da Pesquisa

Nota: IG é insegurança alimentar grave; IM é a moderada; IL é a leve; SA refere-se a segurança alimentar.

A análise da Tabela 11, entre as variáveis associação e insegurança alimentar indicam a percentagem de insegurança alimentar em cada uma das associações. Contudo, mais importante que a identificação do grau de (in)segurança, é mensurar quem está mais vulnerável, ou seja, quem está na IA. Entre os 84,3% dos domicílios na IA, a ARREP é que apresentou o maior índice, seguida pela ACAMARUVA e a ACAMARU, por último, da ACAMARO. Dessa forma, todas estavam com percentual alto de insegurança alimentar se comparado à média brasileira de 22,6%, ratificando a necessidade de ações pontuais visando mitigar essa vulnerabilidade social.

Tabela 11 - Percentual de domicílios por categoria de (In) segurança alimentar e por Associação dos recicladores – Ponta Grossa, 2017

ASSOCIAÇÃO	INSEGURANÇA ALIMENTAR	
	Total	%
ARREP	14	87.5
ACAMARUVA	22	84.6
ACAMARU	11	84.6
ACAMARO	12	80.0
TOTAL	59	84.3

Fonte: Os autores, 2017.

Diante desse quadro, é importante analisar quais são os fatores que podem inibir a insegurança alimentar dos associados de Ponta Grossa. Para isso, rodou-se um modelo *Logit* com o intuito de identificar quais os fatores diminuem a probabilidade de inserção na insegurança alimentar. Na tabela 12 tem-se os resultados.

Tabela 12 - Coeficientes e Razão de riscos relativos da regressão Logit - Ponta Grossa - 2017

	Coeficientes	Razão de chances
Crianças (1: presença de criança; 0: caso contrário)	1,16 (0,02)*	3.19
Gênero (1: Feminino; 0: caso contrário)	0,93 (0,29)	2.54
Estado civil (1 solteiro/divorciado/viúvo; caso contrário)	2,57 (0,01)*	13.12
Raça (1: não branco; 0 caso contrário)	1,38 (0,11)	3.99
Anos de estudos	-0,24 (0,09)**	0.78
Renda semanal	- 0,50 (0,05)	0.60
Outras rendas	-0,54 (0,56)	0.58
Previdência/pensões (1 se recebe; 0 caso contrário)	0,83 (0,44)	2.30
Programas Sociais (1 se recebe, 0 caso contrário)	-1,45 (0,02)*	0.23
Constante	-0,49 (0,81)	0.61
Goodness Test ¹⁵	46,7	
Pseudo R ²	0,29	

Fonte: Resultado da Pesquisa

Nota: * significativo a um nível de significância de 5%; ** significativo a um nível de 10%. Entre parênteses estão os p-valores.

A principal variável relacionada com a associação refere-se a renda semanal obtida. Esta apresentou um coeficiente negativo e estatisticamente significativo, ou seja, um aumento da renda oriunda das associações tende a diminuir a probabilidade do domicílio apresentar insegurança alimentar. Assim, tem-se dentro da própria associação um mecanismo para mitigar a vulnerabilidade da IA. Para isso faz-se necessários executar ações efetivas que auxiliem os associados a alcançar um nível maior de renda. Entre essas ações estão: a constância dos materiais a serem trabalhados; máquinas de processamento autônomo e eficiente; gerenciamento da comercialização dos materiais; capacitação para melhoramento do processo de trabalho interno das associações, dentre outras. Acredita-se que essas ações podem quebrar o processo cumulativo de IA dos catadores associados de Ponta Grossa. Destaca-se também a necessidade de apoio com pagamento por serviços ambientais, seja por bolsas ou por outras formas de incentivo a esses trabalhadores, na perspectiva de valorização do serviço de limpeza que estes prestam ao município.

Conforme o trabalho do IPEA (2013) demonstra, há a possibilidade de se elevar a renda desse grupo, necessitando de uma ação pontual visando identificar os gargalos existentes. Outro fator estatisticamente significativo foi a ação dos Programa Sociais. Estar em algum Programa Social diminui a probabilidade de se inserir na IA. Nesse sentido, tem-se a ação direta do Estado na minimização da vulnerabilidade social desse grupo. No entanto, nem todos os que estão nas associações participam de algum tipo de Programa Social, como mostra a Tabela 7. A qual apresentou baixa adesão, especialmente

¹⁵ estat gof - testa a hipótese nula de que o número de respostas observadas é igual ao número estimado. Se a hipótese nula é rejeitada o modelo não se ajusta bem; se não é rejeitada o modelo apresenta bom ajuste

no Bolsa Família. Por isso, faz-se necessário uma investigação direta, que identifique os elementos inibidores da entrada desses associados nos programas sociais.

Nos domicílios em que o estado civil do responsável é solteiro/divorciado/viúvo verifica-se um aumento da probabilidade de estar na insegurança alimentar. Soma-se a isso os domicílios com menores de dezoito anos. Para Mayer (1984), os efeitos de uma má alimentação para as crianças são profundos e amplos, influenciando a qualidade da vida, a capacidade de trabalho e o estado psicológico dos indivíduos *ex post*. O autor enfatiza que a mães desnutridas tem maior probabilidade de gerar crianças igualmente desnutridas. Crianças desnutridas tem uma saúde mais frágil, estão mais propensas a desenvolverem infecções e adoecerem frequentemente, já que seu sistema imunológico está comprometido. Ao nascerem com baixo peso, podem ter seu sistema nervoso comprometido, afetando a capacidade de aprendizagem, principalmente nos anos iniciais do período escolar. Desta forma, tem-se uma vulnerabilidade maior naqueles domicílios que tem crianças, devendo-se ter uma atenção maior com o intuito de romper qualquer círculo vicioso negativo.

3.4 Análise Qualitativa: O que é comer bem?

Neste tópico discute-se as respostas dadas pelos associados acerca da pergunta: Para você comer bem é. As respostas foram digitadas em um banco de dados no Excel e tratadas pelo software IRAMUTEQ. Além do software IRAMUTEQ utilizou-se a análise de conteúdo (BARDIN, 2012).

A Figura 3, próxima página, apresenta o resultado da primeira análise, denominada, nuvem de palavras. Como exposto anteriormente, a nuvem de palavras apresenta a organização gráfica das palavras conforme a frequência. Quanto maior o destaque da palavra na figura, mais significativa sua frequência. Como pode-se observar os cinco termos, “comer”; “carne”; “feijão”; “arroz”; e “bem”, foram os que mais se destacaram quando se trata do significado do que é comer bem para os sujeitos da pesquisa. De forma periférica tem-se outros termos como: “fruta”; “verdura”; “salada”; “saúde”; entre outros.

Analisando esse conteúdo pode-se relacionar os termos com o próprio conceito de segurança alimentar que, conforme comentado anteriormente, refere-se à realização do direito de ter acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais. Pode-se inferir

questão aponta que no Brasil “[...]se o “prato” principal está em falta, nesse caso ou um de carne ou de peixe, a refeição está incompleta” (FRANZONI, 2016, p.24). Assim, diante dos dados supra expostos, pode-se inferir a relevância dos componentes do “prato brasileiro” para considera-lo completo e compor o “comer bem” para os recicladores pesquisados.

Em outra análise, a de similitude, pode-se verificar a coocorrência entre as palavras, ou seja, suas conexões (BRÍGIDO; JUSTOS, 2013), sistematizadas na Figura 4.

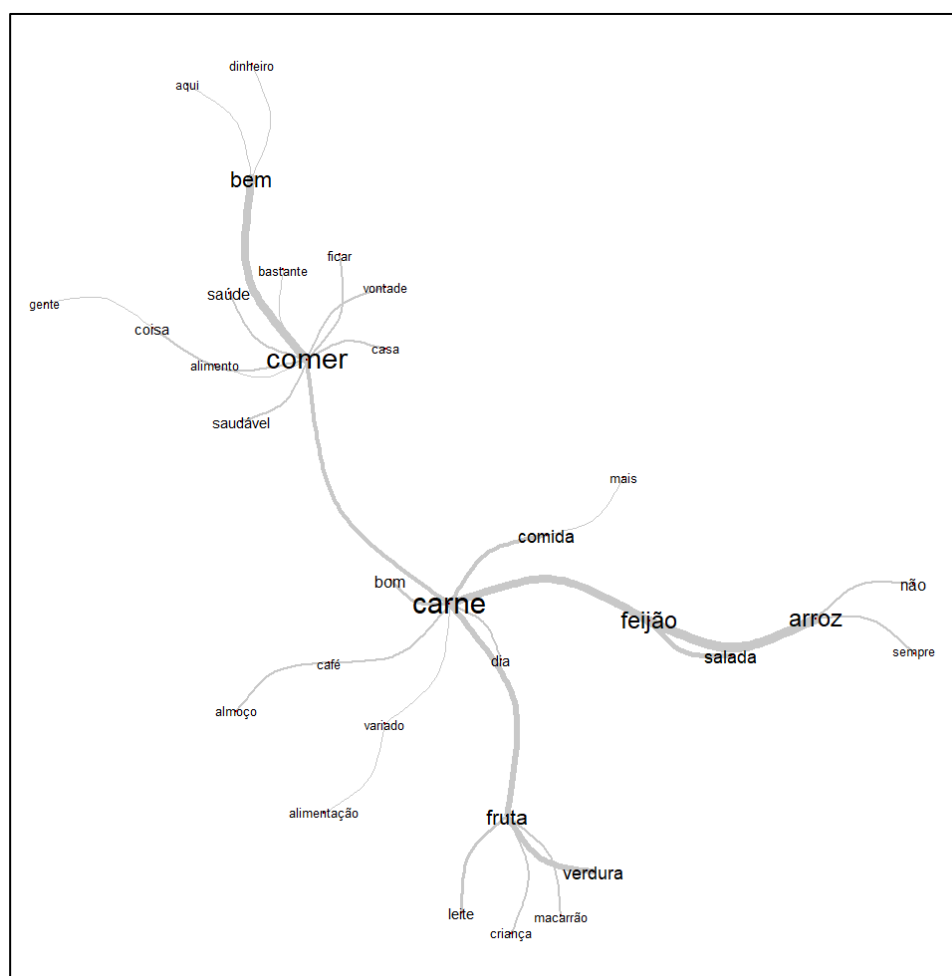


Figura 4 - Análise de similitude
Fonte: Resultados da Pesquisa

Observa-se que as palavras: *comer* e *carne*, conforme demonstrado na Figura 4, apresentaram a maior coocorrência. Isto significa que, ‘comer bem’ para os sujeitos significa alimentar-se, ou seja, ingerir algo. Ligada a estas palavras estão “bem” e “fruta”, revelam a conexidade entre as palavras.

Na mesma escala, os sujeitos entendem que comer é ingerir carne. Na pesquisa, isto mostra claramente que para além do perfil cultural e antropológico da região, a carne é para estes sujeitos algo incomum, isto é, não está presente no dia a dia das pessoas por ser economicamente inviável (Referência). Assim, o dinheiro relacionado com a possibilidade de bem comer e carne corrobora com a análise estatística que comprovou que a maior renda aumenta a chance de não inserção na insegurança alimentar.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a presente pesquisa buscou-se apreender os padrões de segurança alimentar junto aos catadores de materiais recicláveis organizados em associação no município de Ponta Grossa. Por meio de uma abordagem quantitativa, verificou-se que a maior parte da população analisada se encontra dentro da insegurança alimentar (em seus diversos níveis). A abordagem qualitativa auxiliou à compreensão desse dado uma vez que permitiu explorar os aspectos subjetivos acerca da segurança alimentar dos sujeitos envolvidos na pesquisa. A interpretação do dado qualitativo corrobora para o enquadramento da população na insegurança alimentar uma vez que há uma percepção de incompletude na alimentação.

Além da classificação relacionada a segurança alimentar, também foi realizada a caracterização dos catadores em termos de renda, escolaridade, habitação, dentre outros elementos sociais. Em seguida, foi realizada uma regressão para analisar identificar os fatores que podem minimizar essa insegurança. Foram estatisticamente significativos para esse fim de mitigação: renda; estado civil do responsável pela família; anos de estudo do responsável pela família e atendimento por programas sociais.

Os resultados dessa pesquisa demonstram a vulnerabilidade dos associados frente à insegurança alimentar, apresentando um percentual alto de domicílios inseridos nessa condição. Ao mesmo tempo, também sinalizou para a existência de meios visando romper esse processo negativo da insegurança alimentar. O qual enfatiza a necessidade de formação de renda, de inserção em programas sociais, com olhares cuidadosos para os domicílios com crianças, cujo o responsável não tenha um companheiro (a) para ajudar na administração do domicílio.

A verificação de ação desses fatores sobre a insegurança alimentar faz emergir a necessidade de políticas públicas integradas para atender ao público em questão. Além

disso sugere-se a realização de novos estudos contemplando os recicladores, organizados ou não em associações, suas características e impacto das variáveis aqui estudadas, bem como de outras variáveis. Técnicas projetivas de pesquisa podem contribuir para obtenção ou compreensão de dados de difícil exposição, por barreiras sociais ou de comunicação, como é o caso da questão da fome e provimento de alimento

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Trad. Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. São Paulo: Ed 70, 2012.

BOGÚS, C. M.; COSTA, C. A. Significados e Apropriações da Noção de Segurança Alimentar e Nutricional pelo Segmento da Sociedade Civil do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. **Saúde Soc.** São Paulo, v.2, n.1, p.103-114, 2012.

CAMARGO, B. V.; JUSTO, A. M. IRAMUTEQ: um software gratuito para análise de dados textuais. **Temas psicol.**, Ribeirão Preto, v. 21, n. 2, p. 513-518, dez., 2013. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2013000200016&lng=pt&nrm=iso> . Acesso em 12 de junho de 2018.

CARVALHO, J. M. G. **Estudo sobre o processo de formação de rede de cooperativas de catadores de materiais recicláveis do Vale do Paraíba Estado de São Paulo**. Dissertação (Mestrado- Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental) – Universidade de São Paulo, 2013.

CUNHA, J. M.; et al. A Vulnerabilidade Social no Contexto Metropolitano: O Caso de Campinas. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 27. Caxambu. **Anais**, 2003.

DATASUS. Disponível em:<<http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?idb2011/b08a.def>>. Acesso em dezembro de 2017.

FRANZONI, E. **A gastronomia como elemento cultural, símbolo de identidade e meio de integração**. 81f. Dissertação (Mestrado- Programa de Pós-Graduação em Ciências da Educação Ambiental) – Universidade Nova de Lisboa, 2016.

GOMES, A. L. W. **Determinantes de Permanência de Catadores em Associação de Catadores de materiais recicláveis**. Florianópolis, SC, 2014. Tese de Doutorado, disponível em <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/128615/328225.pdf?sequence=1&isAllowed=y>, > acessado em 31.05.2017.

GOUVEIA, N. Resíduos Sólidos Urbanos: Impactos Socioambientais e Perspectiva de Manejo Sustentável com Inclusão Social. **Revista Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.17, n.6, p. 1503-1510, junho, 2012. GUIA do investidor. Boletim de informações sócio econômicas. Curitiba: PMC, 2010.

HOGAN, D. J.; et al. Urbanização e Vulnerabilidades Sócio-Ambientais Diferenciadas: o caso de Campinas. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 12. 2000, Caxambu. **Anais**. Caxambu: ABEP, 2000. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2000/todos/ambt15_2.pdf>. Acesso em jun. 2018.

IBGE. **Pesquisa Suplementar de Segurança Alimentar PNAD 2013 2014**. Disponível em:<<https://ww2.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/ppts/00000020112412112014243818986695.pdf>>. Acesso em jan 2018.

IPEA. **Macrodados**. Disponível em:<www.ipeadata.gov.br>. Acesso em dez. 2017

_____. **Situação Social das Catadoras e dos Catadores de Material Reciclável e Reutilizável.** 2013. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/situacao_social/131219_relatorio_situacaosocial_mat_reciclavel_brasil.pdf> Acesso jan 2018.

MACIEL, M. E. Uma cozinha à brasileira. **Estudos Históricos**, n.33, p.25-39, 2004.

MALUF, R. S.; MENEZES, F.; VALENTE, F. Contribuição ao tema da segurança alimentar no Brasil. **Revista Cadernos de Debate, Campinas**, v. 4, p. 66-68, 1996.

MOURA, R. R.; Santos T. C. Associações de Materiais Recicláveis em Ponta Grossa/PR: algumas discussões. **22. EAIC**, Ponta Grossa, 2013 (Relatório de pesquisa).

MYRDAL, Gunnar. **Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Saga, 1968.

OIT. **Trabalho Decente no Brasil.** Disponível em: <<http://www.ilo.org/brasilia/temas/trabalho-decente/lang--pt/index.htm>>. Acesso dezembro de 2017.

POCINHO, M; FIGUEIREDO, J. P. SPSS: uma ferramenta para análise de dados. In: PORTO, M. et al. Lixo, trabalho e saúde: um estudo de caso com catadores em um aterro metropolitano no Rio de Janeiro. **Caderno de Saúde Coletiva**, v. 20, p. 1503-1514, 2004.

RAIHER, A. P. “Condição de Pobreza e a Vulnerabilidade da Mulher Brasileira”, **Informe Gepec**, v. 20, n. 1, p. 116-128, 2016.

RATINAUD, P. IRAMUTEQ: Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires, 2009. [Computer software]. Retrieved from <http://www.iramuteq.org>

SAMPIERI, R; COLLADO, C. F; LUCIO BAPTISTA, M. P. **Metodologia de pesquisa**. 5. ed. Porto Alegre, RS. Penso, 2013, 624 p.

SAMPIERI, R; COLLADO, C. F; LUCIO BAPTISTA, M. P. **Metodologia de pesquisa**. CD anexo. 5. ed. Porto Alegre, RS. PENSO, 2013.

SANDIN ESTEBAN, M. P. **Pesquisa qualitativa em educação: fundamentos e tradições**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

SANT`ANA, D.; MAETELLO, D. Reciclagem e inclusão social no Brasil: balanço e desafios. In: **Catadores de materiais recicláveis: um encontro nacional**. PEREIRA B. C. J.; GOES F. L. (Org). Rio de Janeiro, Ipea, 2016

ULBRICHT, et al. Avaliação das condições alimentares de catadores de materiais recicláveis em uma região no município de Piraquara, Paraná. **Saúde em Debate**, n. 36, 2012. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=406341764015>> ISSN 0103-1104

APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO APLICADO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
Grupo de Pesquisa Questão Ambiental, Gênero e Condição de Pobreza

QUESTIONÁRIO

***Associação pesquisada:**

() ACAMARUVA () ACAMARU () ACAMARO () ARREP

***Dados censitários**

Número do entrevistado: _____

Idade: _____

Sexo: () Feminino () masculino () outro _____

Estado civil: () Solteiro(a) () Casado(a)/convivente () Separado(a) () Viúvo(a)

Raça do responsável: () Branca () Parda () Negra () indígena () Amarela

Escolaridade:

() Ensino Fundamental Incompleto () Ensino Médio Completo

() Ensino Fundamental Completo () Analfabeto(a)

() Ensino Médio Incompleto () Assina o nome

Anos de estudo _____

Qual o bairro da residência? _____

Moradia: Própria, alugada, cedida, ocupação.....

O domicílio tem acesso a água () Sim () Não

() Tratada () Poço () Arroio

Outro: _____

Como armazena a água: _____

Durante o dia a água é o suficiente para os integrantes da família? () Sim () Não

Qual a forma de locomoção até a associação? _____

Qual a distância e o tempo de locomoção até a associação? _____

Quanto tempo trabalha com reciclagem? _____

Quanto tempo faz parte da associação? _____

Renda média recebida por Mês (ou semana) com a Reciclagem: _____

Membros da família	Sexo	Idade	Escolaridade (anos)	Está na escola?	Renda (R\$/mês)	Fonte da renda (pensão aposentadoria, benefícios de transferência de renda trabalhos diversos)
(x) no responsável						
		() F; () M; () O		() S; () N		

		() F; () M; () O		() S; () N		
		() F; () M; () O		() S; () N		
		() F; () M; () O		() S; () N		
		() F; () M; () O		() S; () N		
		() F; () M; () O		() S; () N		
		() F; () M; () O		() S; () N		

Nota: F: feminino; M: masculino; O: outro; S: sim; N: não

QUESTÕES SEGURANÇA ALIMENTAR		Opção	
		Sim	Não
1	Os moradores deste domicílio tiveram a preocupação de que a comida acabasse antes que tivessem dinheiro para comprar ou receber mais comida?		
2	Os alimentos acabaram antes que os moradores deste domicílio tivessem dinheiro para comprar mais comida?		
3	Os moradores desse domicílio ficaram sem dinheiro para ter uma alimentação saudável e variada?		
4	Os moradores deste domicílio comeram apenas alguns poucos tipos de alimentos que ainda tinham, porque o dinheiro acabou?		
5	Algun morador de 18 anos ou mais de idade deixou de fazer alguma refeição porque não havia dinheiro para comprar comida?		
6	Algun morador de 18 anos ou mais de idade comeu menos do que achou que devia, porque não havia dinheiro para comprar comida?		
7	Algun morador de 18 anos ou mais de idade sentiu fome, mas não comeu, porque não tinha dinheiro para comprar comida?		
8	Algun morador de 18 anos de idade ou mais perdeu peso, porque não comeu quantidade suficiente de comida, porque não tinha dinheiro para comprar comida?		
9	Algun morador de 18 anos ou mais de idade ficou um dia inteiro sem comer ou, teve apenas uma refeição ao dia, porque não tinha dinheiro para comprar a comida?		
PARA FAMÍLIAS COM CRIANÇAS MENORES DE 18 ANOS			
10	Os moradores com menos de 18 anos de idade não puderam ter uma alimentação saudável e variada, porque não havia dinheiro para comprar comida?		
11	Os moradores menores de 18 anos de idade comeram apenas alguns poucos tipos de alimentos que ainda havia neste domicílio, porque o dinheiro acabou?		
12	Algun morador com menos de 18 anos de idade comeu menos do que você achou que devia porque não havia dinheiro para comprar a comida?		

13	Foi diminuída a quantidade de alimentos das refeições de algum morador com menos de 18 anos de idade, porque não havia dinheiro suficiente para comprar a comida?		
14	Algum morador com menos de 18 anos de idade deixou de fazer alguma refeição, porque não havia dinheiro para comprar a comida?		
15	Algum morador com menos de 18 anos de idade sentiu fome, mas não comeu porque não havia dinheiro para comprar mais comida?		

*** Benefício Social**

Bolsa Família () R\$ _____
 BPC () R\$ _____
 Auxílio Alimento () R\$ _____
 Projeto Social () R\$ _____
 Leite das Crianças () R\$ _____
 Pastoral da Criança () R\$ _____
 Luz Fraterna () _____
 Tarifa social () _____

Outros: _____

*** Alguém do domicílio recebe algum tipo de apoio/benefício de algumas destas instituições:**

() Serviços de convivência? Qual? (adolescente aprendiz, pronatec) Qual?	() Pastoral/Igreja. Qual? _____	() CRAS Qual? _____	() CAPs Qual? _____
	() CMEI. Qual? _____	() SOS	() Outros _____

*** Para você comer bem é:**

Ponta Grossa, _____ de _____, 2017.

Assinatura do entrevistador (legível)

APENDICE B – Termos de Consentimento Livre e Esclarecido Instituição



Universidade Estadual de Ponta Grossa
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação

COMISSÃO DE ÉTICA EM PESQUISA EM SERES HUMANOS

Av.: Gen. Carlos Cavalcanti, 4748 CEP: 84030-900 Bloco M, Sala 100

Campus Uvaranas Ponta Grossa Fone: (42) 3220.3108 e-mail: seccoep@uegp.br

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

A instituição _____, está sendo convidada a participar da pesquisa **SEGURANÇA ALIMENTAR NAS ASSOCIAÇÕES DE RECICLAGEM DE PONTA GROSSA-PR** tendo como pesquisador responsável **Dr^a. Reidy Rolim de Moura** e como pesquisadora participante Dr^a. Édina Schimanski, Dr^a. Augusta Pelinski Raiher, Dr^a. Franciely Ribeiro dos Santos, da Universidade Estadual de Ponta Grossa. O objetivo da pesquisa é: apreender os padrões de segurança alimentar dos catadores de materiais recicláveis organizados em associações em Ponta Grossa.

A sua participação no estudo será no fornecimento de informações sobre segurança alimentar por meio do preenchimento de questionário, com data marcada nas Associações. Garantimos que suas informações só serão utilizadas após o seu consentimento, ou seja, a assinatura deste documento, mediante o sigilo de sua identidade. Também informamos que as análises e resultados desta pesquisa serão utilizados na elaboração de artigos que deverão ser publicados em revistas e eventos científicos.

Após a instituição será informada dos resultados desta pesquisa da qual participa. Sua participação é voluntária, portanto não receberá recompensa ou gratificação nem pagará para participar. Será garantido o livre acesso a todas as informações e retirada de dúvidas sobre o estudo, enfim, tudo o que você queira saber antes, durante e depois da participação na pesquisa. Você poderá deixar de participar do estudo a qualquer momento, sem apresentar justificativas e, também, sem prejuízo ou perda de qualquer benefício que possa ter adquirido, tendo também todas as dúvidas esclarecidas sobre a sua participação neste trabalho. Em caso de dúvidas, você poderá entrar em contato com qualquer um dos membros da pesquisa ou com a Comissão de Ética em Pesquisa da UEPG:

Prof^a. Dr^a. Reidy Rolim de Moura

Rua: Nelson Basilio Kulscheski n° 43 – Ponta Grossa /PR Telefone: (42) 999121885

Prof^a. Dr^a. Édina Schimanski

Rua: Herculano de Freitas n° 159 – Ponta Grossa /PR Telefone: (42) 984043972

COMISSÃO DE ÉTICA EM PESQUISA EM SERES HUMANOS

Av.: Gen. Carlos Cavalcanti, 4748 CEP: 84030-900 Bloco M, Sala 12

Campus Uvaranas Ponta Grossa Fone: (42) 3220.3108 e-mail: seccoep@uegp.br

Assinatura/Instituição

Assinatura pesquisador responsável

Assinatura pesquisador participante

Ponta Grossa, ____ de _____ de 2017.

APÊNDICE C – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - Associados



Universidade Estadual de Ponta Grossa
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação

COMISSÃO DE ÉTICA EM PESQUISA EM SERES HUMANOS

Av.: Gen. Carlos Cavalcanti, 4748 CEP: 84030-900 Bloco M, Sala 100

Campus Uvaranas Ponta Grossa Fone: (42) 3220.3108 e-mail: seccoep@uegp.br

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Você _____, está sendo convidado a participar da pesquisa **SEGURANÇA ALIMENTAR NAS ASSOCIAÇÕES DE RECICLAGEM DE PONTA GROSSA-PR** tendo como pesquisador responsável **Dr^a. Reidy Rolim de Moura** e como pesquisadora participante Dr^a. Édina Schimanski, Dr^a. Augusta Pelinski Raiher, Dr^a. Franciely Ribeiro dos Santos, da Universidade Estadual de Ponta Grossa. O objetivo da pesquisa é: apreender os padrões de segurança alimentar dos catadores de materiais recicláveis organizados em associações em Ponta Grossa.

A sua participação no estudo será no fornecimento de informações sobre segurança alimentar por meio do preenchimento de questionário, com data marcada nas Associações. Garantimos que suas informações só serão utilizadas após o seu consentimento, ou seja, a assinatura deste documento, mediante o sigilo de sua identidade. Também informamos que as análises e resultados desta pesquisa serão utilizados na elaboração de artigos que deverão ser publicados em revistas e eventos científicos.

Após as análises você será informado dos resultados desta pesquisa da qual participa. Sua participação é voluntária, portanto não receberá recompensa ou gratificação nem pagará para participar. Será garantido o livre acesso a todas as informações e retirada de dúvidas sobre o estudo, enfim, tudo o que você queira saber antes, durante e depois da participação na pesquisa. Você poderá deixar de participar do estudo a qualquer momento, sem apresentar justificativas e, também, sem prejuízo ou perda de qualquer benefício que possa ter adquirido, tendo também todas as dúvidas esclarecidas sobre a sua participação neste trabalho. Em caso de dúvidas, você poderá entrar em contato com qualquer um dos membros da pesquisa ou com a Comissão de Ética em Pesquisa da UEPG:

Prof^a. Dr^a. Reidy Rolim de Moura

Rua: Nelson Basilio Kulscheski nº 43 – Ponta Grossa /PR Telefone: (42) 999121885

Prof^a. Dr^a. Édina Schimanski

Rua: Herculano de Freitas nº 159 – Ponta Grossa /PR Telefone: (42) 984043972

COMISSÃO DE ÉTICA EM PESQUISA EM SERES HUMANOS

Av.: Gen. Carlos Cavalcanti, 4748 CEP: 84030-900 Bloco M, Sala 12

Campus Uvaranas Ponta Grossa Fone: (42) 3220.3108 e-mail: seccoep@uegp.br

Assinatura do convidado para a pesquisa

Assinatura pesquisador responsável

Assinatura pesquisador participante

Ponta Grossa, ____ de _____ de 2017.